ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

MULHERES NEGRAS:
HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA, DE CORAGEM, DE SUPERAÇÃO E SUA DIFÍCIL TRAJETÓRIA DE VIDA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Adeildo Vila Nova
Edjan Alves dos Santos

1ª edição digital - 2013

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

Adeildo Vila Nova
Edjan Alves dos Santos

MULHERES NEGRAS:
HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA, DE CORAGEM, DE SUPERAÇÃO E SUA DIFÍCIL TRAJETÓRIA DE VIDA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

1ª edição digital

Duque de Caxias

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

2013

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

creative commons 2013, Espaço Científico Livre Projetos Editoriais

Este conteúdo pode ser publicado livremente, no todo ou em parte, em qualquer mídia, eletrônica ou impressa, desde que:

Atribuição. Você deve dar crédito, indicando o nome do autor e da Espaço Científico Projetos Editoriais, bem como, o endereço eletrônico em que o livro está disponível para download.

Uso Não-Comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

Ficha Catalográfica

N9351m Vila Nova, Adeildo; Santos, Edjan Alves dos.

Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. / Adeildo Vila Nova; Edjan Alves dos Santos – Duque de Caxias, 2013.

4,21 MB; il.; PDF

ISBN 978-85-66434-03-3

1. Mulher negra. 2. Discriminação racial. I. Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. II. Vila Nova, Adeildo. III. Santos, Edjan Alves dos.

CDD 900

Autores: Adeildo Vila Nova, Edjan Alves dos Santos
Revisão: Verônica C. D. da Silva
Capa: Verano Costa Dutra / Imagem: Billy Alexander (SXC.hu)
Coordenador: Verano Costa Dutra
Editora: Monique Dias Rangel Dutra

Espaço Científico Livre Projetos Editoriais é o nome fantasia da Empresa Individual MONIQUE DIAS RANGEL 11616254700, CNPJ 16.802.945/0001-67, Duque de Caxias, RJ
espacocientificolivre@yahoo.com.br / http://issuu.com/espacocientificolivre

Esta obra foi originalmente publicada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação/Bacharelado em Serviço Social apresentado ao Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE) sob a orientação da professora Mestre Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra e co-orientação da professora Dra. Giselle Silva Soares, apresentado em 1º de dezembro de 2010.

Banca examinadora
Profª. Ms. Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra.
Mestre em Serviço Social
Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE)

Profª. Maria Inês Giffoni Chiarantani Balvetti
Assistente Social
Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE)

Profª. Dra. Giselle Silva Soares.
Doutora em Serviço Social
Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE)

O TCC teve apoio da Associação Cultural dos Afrodescendentes da Baixada Santista (www.afrosan.org.br).

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares e amigos que tiveram compreensão e entenderam a importância da nossa ausência nos momentos de reuniões e confraternizações em família.

E dedicamos especialmente à nossa amiga Nivânia (*in memorian*) que, por razões divinas, nos deixou no meio desta caminhada e foi viver ao lado do mestre maior, Deus.

Adeildo Vila Nova e
Edjan Alves dos Santos

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, independentemente da denominação que ele tenha e a todas as forças divinas que regem a natureza, pela oportunidade que nos foi concedida de estarmos aqui e concluirmos mais esta etapa das nossas vidas.

Agradecemos também a todos os nossos familiares que, direto ou indiretamente, contribuíram para que nos dedicássemos aos nossos estudos, nos liberando de alguns afazeres domésticos.

Agradecemos aos nossos amigos, colegas de trabalho e a todas as pessoas que, na medida do possível, colaboraram para que realizássemos nossas atividades acadêmicas.

Agradecemos os nossos colegas de classe, pela riquíssima experiência de podermos compartilhar com todos, e todas, momentos de muita alegria, de muito aprendizado e de muita emoção a cada tarefa cumprida, a cada prova realizada e a cada nota obtida.

Agradecemos, especialmente, a todos os nossos professores e professoras, nossos mestres e mestras, doutores e doutoras que nos acompanharam nestes quatro anos de estudo que, com muito afinco e dedicação, puderam socializar um pouco dos seus conhecimentos e aprendizados conosco e nos ensinaram a importância de cuidarmos do outro, escutarmos o outro e de despertar, nos outros e em nós mesmos, a consciência da nossa condição de cidadãos, detentores de direitos e de deveres, transformando-nos em protagonistas de nossas próprias histórias. Levaremos em cada um de nós, um pedacinho de cada um de vocês. Vocês fazem parte das nossas histórias.

Agradecemos aos nossos sujeitos de pesquisa (mulheres negras) que, com muita boa vontade, respeito e desprendimento, nos brindaram com suas histórias de luta e de superação das adversidades do seu cotidiano, marcado pelo preconceito, a discriminação e o racismo. Sem estas mulheres guerreiras, protagonistas de suas próprias histórias, este trabalho não seria possível de ser concretizado.

Enfim, agradecemos a todas as pessoas que, direto ou indiretamente, contribuíram para que estivéssemos e pudéssemos, através dos nossos estudos e pesquisas, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Onde todos possam viver em condições de igualdade e com oportunidades iguais para todos e todas, com mais justiça social e respeito aos direitos humanos.

MULHER NEGRA

Mulher Negra
Quando Deus fez você
caprichou em tua cor
das estrelas te deu o brilho
da luz da lua, fez o teu sorriso
e te temperou com muito amor.

O seu gingado veio das ondas
sua força vem direto da terra
se és divina quando ama
és valente quando em guerra.

Quando Deus fez você
não poupou em inteligência
te fez meiga, te fez forte
te deu muita resistência
mas também te fez vaidosa
Negra linda e orgulhosa.

Quando Deus fez você
te deu um grande coração
te fez negra mulher
pilar principal da família
e até de uma nação
te encheu de muito axé
recipiente de muita fé.

Quando Deus fez você
te fez mãe, amante e amiga
te deu toques de magia
o dom de sempre lutar
te deu sonhos pra sonhar
e deu de presente para nós homens
uma maravilhosa mulher para amar.

Gilson Costa – Outubro/2008

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFROSAN – Associação Cultural dos Afrodescendentes da Baixada Santista

ANBB – Associação Nacional do Negro Brasileiro

BNH – Banco Nacional da Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CF – Constituição Federal

CMT – Companhia Municipal de Trânsito

CNE – Conselho Nacional da Educação

CPDCN – Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

CMCN – Conselho Municipal da Comunidade Negra

CNMN – Conselho Nacional da Mulher Negra

COHAB – Companhia de Habitação

CSTC – Companhia Santista de Transporte Coletivo

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos

EDUCAFRO – Educação e Cidadania para Afrodescendentes

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FNB – Frente Negra Brasileira

HGA – Hospital Guilherme Álvaro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NCA – Núcleo da Criança e do Adolescente

NEIAB – Núcleo de Estudos Indígenas e Afro-Brasileiros

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PEPSS – Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEMETAL – Teatro do Sindicato dos Metalúrgicos

TJ – Tribunal de Justiça

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....12

APRESENTAÇÃO..... 13

INTRODUÇÃO.....15
A necessidade da pesquisa.....15
Pesquisar para saber, saber para agir, agir para transformar a realidade..... 18
A difícil trajetória de vida das mulheres negras na sociedade brasileira..... 19

CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO DO NEGRO NO BRASIL..... 21
1.1 – Colonização, escravidão e a questão do negro no Brasil.....21
1.2 – O negro na sociedade de classes..... 27
1.3 – O Movimento Negro e a luta contra a discriminação racial..... 30
1.4 – A mulher negra e os movimentos sociais..... 34
1.5 – O negro e a assistência social no Brasil.....37

CAPÍTULO 2 – MOBILIDADE SOCIAL.....40
2.1 – Conceito.....40
2.2 – Mobilidade cotidiana como sistema.....41
2.3 – Ascensão social dos negros no Brasil.....41
2.4 – Barreiras, dificuldades e obstáculos..... 46
2.5 – Políticas Públicas de Ações Afirmativas.....47

CAPÍTULO 3 – UM ENCONTRO MÁGICO COM AS MULHERES NEGRAS.....50
3.1 – A pesquisa qualitativa como instrumento de valorização da realidade vivida e sentida..... 50
3.2 – Os sujeitos de suas próprias histórias.....51
A resiliência de uma mineira.....52
Uma história diferente.....53
Uma militante política.....53
A objetividade de uma vencedora..... 54
Uma mulher de atitude.....55
A inquietação de pesquisadora..... 56
A serenidade em pessoa..... 57
O orgulho de ser mulher negra.....57
3.3 – Histórias de dor e sofrimento, mas também de muita superação e de muito orgulho..... 58
3.4 – Cidadania para a mulher negra e a questão de gênero..... 59
3.5 – Educação formal e informal: limites e possibilidades..... 62
3.6 – Ações afirmativas e cotas raciais..... 66
3.7 – A importância da família e das relações sociais.....69
3.8 – Racismo, discriminação e preconceito racial.....70

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....72
Caminhos e estratégias para a superação das desigualdades de gênero e de raça..... 72

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 74

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS.....77

PREFÁCIO

Foi com muita satisfação que recebi do Adeildo a incumbência de prefaciar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Serviço Social que fez em parceria com a Edjan, mulher negra, sobre o tema: **Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória na sociedade brasileira**.

Não me causou estranheza a sua escolha, já que é fruto de do trabalho que vem desenvolvendo há quase dez anos na cidade de Santos em defesa da luta contra o preconceito e a discriminação. Tratar desse tema com o olhar crítico e sócio histórico com que foi tratado reflete, acima de tudo, sua experiência e presença constante nas lutas, nas conferências, nos seminários e em todas as manifestações pelos direitos à cidadania plena.

Foi essa maneira determinada e consciente que fez com que eu e mais três mulheres negras o convidasse a participar do Movimento Negro em nossa cidade. Veio primeiro o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Santos e logo em seguida a concepção, criação e fundação da Associação Cultural dos Afrodescendentes da Baixada Santista (AFROSAN), entidade que tem como objetivos principais a defesa dos direitos da população negra e afrodescendente, a preservação dos valores históricos, culturais e étnicos da comunidade negra. Além da sua colaboração na Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial e étnica (COPIRE).

Todo esse trabalho não bastava, tinha dentro desse jovem migrante nordestino o sonho de estudar, de conhecer com profundidade as suas raízes e, acima de tudo, dar a sua contribuição a todas aquelas pessoas que sofrem com todas as formas e tipos de preconceito e de discriminação. Daí chegar nesse tema, a meu ver, não foi difícil. Sua sensibilidade e convivência com as nossas companheiras de lutas, mulheres e negras, que nos mostravam como é extremamente difícil viver e conviver numa sociedade onde ainda são vítimas do racismo, do sexismo e da intolerância de gênero. Foi esse olhar crítico e sempre atento que, entendo eu, o fez escolher esse tema para ser objeto de estudos e pesquisas.

Tenho certeza de que contribuirá de maneira bastante positiva para que não só o mundo acadêmico, mas a sociedade como um todo, possa conhecer um pouco, ou melhor, conhecer o outro lado da história que muitas vezes tem sido ignorada pelo nosso sistema educacional. O país, nesse caso o Brasil, que ignora na sua história a presença marcante e determinante da mulher negra, faz com que esse trabalho se transforme numa excelente fonte de pesquisa e seja objeto de muitas consultas e reflexão. Fará com que tenhamos a clareza de sua contribuição na preservação da nossa história e na nossa identidade cultural e etnicorracial, mas acima de tudo, que façamos uma leitura crítica dos estereótipos e preconceitos que ainda perseguem a mulher, a negra e a pobre.

Parabenizo a você e à Edjan pela iniciativa e fico também muito feliz de perceber que nosso ideário em lutar por uma sociedade de direitos iguais para todos foi devidamente assimilado. Sei que não irá parar por aqui, já que a vontade que o move vem da sua luta pessoal de quem sabe e já sentiu na pele o que é o preconceito.

Que Deus e a espiritualidade os acompanhem sempre e que esse trabalho sirva de estímulo para as futuras lutas que virão.

Muito AXÉ!!!

José Ricardo dos Santos
Presidente da Associação Cultural dos Afrodescendentes da Baixada Santista (AFROSAN)

APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira necessita, a cada dia, de jovens brasileiros comprometidos com as questões de nosso tempo, de nossas vidas, de maneira a persistir na construção de uma sociedade mais justa, democrática, igualitária, que combata de forma veemente todas as formas de preconceito e discriminação e assim, caminharmos para uma sociedade mais humana.

Apesar de todas as contradições de nosso tempo, onde vemos cotidianamente uma "banalização" da violência, e de suas formas de manifestação, onde aquilo que deveria nos indignar passa a ser aceito, como se fosse "natural", encontramos nesses jovens pesquisadores a vontade intelectual de pensar e atuar sobre uma questão tão enraizada e perversa da sociedade brasileira: o preconceito racial, aliando a ele, a questão de gênero e classe social.

O desafio de **estudar a trajetória de mulheres negras e pobres** que em sua vida conseguiram romper as mais diversas adversidades e barreiras para garantir sua cidadania, sua vida, foi tratada pelos jovens pesquisadores com esmero, persistência e respeito àquelas mulheres "com quem se encontraram" para estabelecer o diálogo que este livro revela nas próximas páginas, resultado do Trabalho de Conclusão de Curso para graduação em Serviço Social.

Gostaria de lembrar a fala da autora (aluna na época), que é afro-brasileira, "fazendo esta pesquisa eu aprendi a me conhecer melhor... a ter mais respeito pelo que eu represento...". Num processo como esse, pesquisador e sujeitos de pesquisa, criam uma teia de significados que possibilitará novas formas de se posicionar frente à realidade, através de uma resignificação crítica da realidade.

Nas questões expostas pelas sete mulheres entrevistadas, identificamos questões relacionadas à subjetividade, da vida vivida de cada uma delas, da maneira como buscaram ao seu modo, viver a vida, mas, e principalmente, apontam em seus relatos e é defendido pelos autores, a responsabilidade do Estado para que possamos brevemente romper com tanta barbárie e a reprodução social das desigualdades sociais.

Este estudo é mais um instrumento de denúncia para romper com a invisibilidade da questão racial que afeta de forma drástica as mulheres negras e pobres. É uma exigência para que as diversas Políticas Públicas tenham um "olhar", uma atitude de proteção e defesa a quem depende do poder público, muitas vezes, até para sobreviver. E ainda o estudo revela, que se não agirmos agora, continuaremos reproduzindo ainda por muito tempo, milhares de mulheres e homens excluídos de uma sociedade que se ergueu e se enriqueceu com seu suor e sangue.

Daí a importância de jovens intelectuais e profissionais comprometidos com a mudança da realidade social. Não basta a formação acadêmica profissional, é **fundamental** a formação ética, que nos coloca no "olho do furacão", onde nos diversos espaços profissionais que atuamos temos que defender cotidianamente e arduamente àqueles que mais necessitam, defender valores como cidadania, democracia, justiça social, igualdade, humanidade, e que as próximas páginas revelarão aos leitores que são valores violados cotidianamente principalmente às mulheres negras e pobres.

Este livro demonstra que a esperança resiste e a luta perpassa e contamina aqueles que estão atentos e dispostos a acreditar que uma outra sociedade é possível.

Para finalizar, gostaria que a “bela” e fecunda reflexão feita por esses dois jovens pesquisadores que os leitores encontrarão na leitura do livro, se unisse à reflexão feita por Saramago, que nos revela, reafirma e nos exige o compromisso com a mudança, com o dever da reparação àqueles que conseguem aprender a ver. Penso que a leitura deste livro contribuirá para que possamos aprender a ver...

“Se podes olhar, vê.
E se podes ver, repara.”
José Saramago

Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra
Assistente Social,e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Profª do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE), Santos-SP. Com especialização em Sociologia (ESP/USP) e Violência Doméstica contra crianças e adolescentes (LACRI/USP).

A necessidade da pesquisa

A ideia proposta de pesquisar sobre a questão racial e de gênero se deu pela escassez de material bibliográfico existente em relação a esta temática e especificamente no que se refere à relação entre a Assistência Social e a Questão Racial no Brasil. Infelizmente, nas políticas públicas de assistência social a questão racial é pouquíssima relacionada com a assistência social. Na maioria das vezes estas políticas tendem a considerar a questão racial como uma questão meramente social, ou para justificar melhor, como uma questão apenas econômica. Subjacente a este posicionamento, resolvendo-se o problema econômico, consequentemente a questão racial estaria resolvida.

A escassez de registros sobre a participação da comunidade negra e, consequentemente, da mulher negra nos mais diversos espaços da sociedade brasileira é ratificada pela assistente social Matilde Ribeiro, ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no seu artigo "Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização" através da citação de Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil:

> *Constatamos que a ausência de registros sobre a participação das afro-descendentes na formação e no desenvolvimento do Brasil é gritante. Com exceção dos escritos sobre o sistema escravocrata e, por vezes, uma ou outra alusão à Chica da Silva, não se encontram muitas outras referências e informações sobre as mulheres negras em nossos museus, currículos escolares, livros didáticos e/ou narrativas oficiais* (SCHUMAHER e BRAZIL 2007 apud RIBEIRO, 2008, p. 991).

A invisibilidade da questão racial nas estratégias de enfrentamento da pobreza se constitui em um grande paradoxo, pois apesar das inegáveis desigualdades sociais impostas aos negros e comprovadas por diversas pesquisas, a pobreza, o desemprego e a baixa renda dos negros brasileiros foi sempre reduzida à questão de classe social, ignorando-a como uma questão racial.

Assim, torna-se necessário uma maior reflexão sobre as questões étnicas e raciais que perpassam a questão social no Brasil e suas implicações na execução das políticas públicas de assistência social.

> *[...] uma vez que o racismo e o preconceito fazem parte das relações de dominação e exploração, é o assistente social – que tem como principal função trabalhar as relações sociais através de uma ação educativa, visando a consciência e a participação – um profissional indispensável para a eliminação das situações de discriminação que vivemos. Não é só esta categoria profissional, mas todos os intelectuais e trabalhadores sociais devem intervir nessa questão, informando e conscientizando negros e brancos por meio de ações educativas e, no caso da população negra, especificamente, estimulando e propiciando sua organização e participação política* (PINTO, apud RIBEIRO, 2004, p. 151).

É preciso levar em consideração todo o caminho percorrido pelos negros e como se deu o processo de escravização e de abolição da escravatura no nosso país para que

possamos ter critérios que tenham como fundamento o princípio da equidade e assim podermos, de fato, contribuir com a promoção de oportunidades iguais para todos, independentemente de sua raça/cor/etnia[1].

É claro que se existe uma questão social como a pobreza que compromete socialmente e expressivamente a população negra, resolvida esta questão, consequentemente a questão racial também seria resolvida. O que está em questão aqui, não é o fato de a população negra ser a mais pobre, mas o porquê ela, a população negra, se mantém nestas condições. Ou seja, quais fatores contribuem para que ela não saia desta condição de pobreza, dessa condição de vulnerabilidade e exclusão. O que deve ser feito para que a população possa ascender socialmente. Para que tenha mobilidade social e possa, definitivamente, sair destas condições de pobreza e de vulnerabilidade a qual a sociedade brasileira lhes impõe diariamente no cotidiano da sua vivência e das suas experiências de vida como ser social. Pois, mesmo diante da hipótese remota de se alcançar um *status* social superior à sua atual condição, continuará sofrendo o agravamento e a complexidade do racismo e da intolerância.

> *O Serviço Social brasileiro e os profissionais que historicamente transitaram no campo das políticas sociais e construíram um referencial teórico e metodológico importante têm um desafio: ampliar o escopo teórico dos fenômenos sociais relativos às relações raciais e étnicas seja pela introdução do tema nos currículos da graduação, seja nas linhas de pesquisa da pós-graduação, seja no debate dos seu projeto ético político. Somente assim, a profissão contribuirá de forma qualificada com a discussão* (SANTOS, 1998).

Consideramos que é necessário que os profissionais de Serviço Social, em suas intervenções, façam a correlação entre raça/cor/etnia com a desigualdade de classes, pois a inferioridade da renda e escolaridade da população negra em relação à população não negra tem sido comprovada por inúmeros institutos brasileiros de pesquisa. De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano, o Brasil ocupa a 68ª posição. Estudiosos e militantes do movimento negro, trabalhando os mesmos dados e utilizando os mesmos cálculos e apenas segmentando o país em dois grupos étnicos distintos – os negros e os não negros – o Brasil negro passa para a 116ª posição.

Além das razões apresentadas anteriormente para a realização deste estudo, o que nos chamou a atenção foi o fato de que quase a totalidade dos materiais pesquisados tratava da questão racial de uma forma negativa, mostrando problemas enfrentados pela população negra neste país. Após nossas reflexões sobre o material pesquisado, percebemos a necessidade de elaborarmos um trabalho de pesquisa que não mostrasse apenas as dificuldades, mas que também pudesse apresentar experiências positivas de superação destas desigualdades. Além de apresentar alternativas possíveis e experiências vividas pela população negra, especificamente em relação à mulher negra que, como sabemos, é a que mais sofre com o preconceito e a discriminação no Brasil.

> *É importante lembrar que durante séculos os conflitos de gênero e etnia atingiram profundamente a mulher no mundo inteiro, principalmente a mulher negra, sendo-lhe negado o direito de cidadã. Tomando como base o conceito de gênero que se refere ao conjunto*

---

[1] *Estes termos são usados conjuntamente para que as pessoas possam se identificar por qualquer uma delas. Isso se dá pelas diversas formas que os negros utilizam para se identificar e pela falta de um único conceito para estes termos.*

> *de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, estas sempre foram vistas como extensão do homem, no lar, no trabalho, na sociedade, dependentes economicamente dos mesmos por imposição da sociedade. Quando a mulher, de um modo geral, em se tratando de gênero começou a ter acesso ao mercado de trabalho, foram preteridas pelo homem em muitas funções* (PEREIRA, 2006).

Tendo a questão racial como pano de fundo dos nossos questionamentos, focamos a questão na mulher negra que sofre uma tripla discriminação. A primeira por ser mulher, pois não é nenhuma novidade que a mulher sofre diariamente pela sua condição de gênero e frequentemente é preterida no mercado de trabalho e quando consegue uma colocação, na maioria das vezes é em postos menos favorecidos em termos de salubridade e de condições de trabalho.

A segunda discriminação é por ser pobre, pois infelizmente e segundo dados de pesquisas realizadas por diversas instituições de pesquisa brasileiras, a população negra esta na base da pirâmide social e ocupando os piores postos de trabalho que são disponibilizados para esta população.

Fazendo um cruzamento sistemático entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos desde 1929, Ricardo Henriques (2001) chega à seguinte conclusão:

> *No Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para os brancos e de exclusão para os não brancos* (HENRIQUES, 2001).

A terceira e, particularmente, a mais cruel de todas, por ser negra, pois este é um tipo de discriminação que ultrapassa os limites da sobrevivência em termos de sociabilidade. Ser mulher negra é uma condição que põe à prova todos os limites de uma pessoa, a paciência, a tolerância, a compreensão, pois tem que lidar diariamente com a rejeição, o preconceito e a discriminação da sociedade. Ser mulher, negra e pobre, remete a um cotidiano heroico que, historicamente, busca superar todos os obstáculos que a vida lhes impõe.

As atividades escravocratas realizadas pelas mulheres negras como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, costureiras e vendedoras de rua ao mesmo tempo em que facilitaram a sua colocação no mercado de trabalho, lhe proporcionaram uma ocupação no período pós abolição e lhes constituíram como o grupo responsável pela produção familiar, o que difere totalmente dos homens negros que não tinham nenhuma habilidade profissional e foram lançados no mundo de exclusão como cidadãos livres, sendo-lhes atribuídos a classificação de vagabundos e desordeiros, também lhe trouxeram um ônus muito perverso que foi o estereótipo de que só servem pra este tipo de serviço. As mulheres negras foram literal e discriminadamente lançadas aos postos de trabalho considerados como de segunda classe, trabalhos braçais e insalubres.

Ao ingressar no curso de graduação em Serviço Social percebemos o quanto a questão racial é secundarizada e isso na prática, seja na universidade ou no campo profissional, agudiza cada vez mais a questão social dos negros e são criados diversos obstáculos para, no seu já prejudicado, acesso à cidadania. Não se trata desta questão como uma questão racial, mas uma questão social. Pouquíssimas foram as abordagens e recortes raciais das políticas públicas, das teorias sociológicas

e antropológicas trabalhadas em sala de aula durante todo o período de formação dos "futuros" assistentes sociais.

Assim, não podemos analisar a implicação destas abordagens para a intervenção profissional com vistas à consolidação do projeto ético político da profissão. Foram diversos os espaços vazios que ficaram evidentes acerca dessa discussão e é preciso que atentemos para a implicação desta omissão e até que ponto isso compromete a capacitação teórica, metodológica, ética e política dos futuros assistentes sociais na compreensão da crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e de universalidade. A apropriação das categorias raça/cor/etnia pelos profissionais e estudantes de graduação em Serviço Social contribuirá de maneira significativa e como importante ferramenta para apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações.

Pesquisar para saber, saber para agir, agir para transformar a realidade

Da mesma maneira que a educação, o serviço social configura uma intervenção sobre as questões que decorrem das relações sociais, portanto, a pesquisa científica que realiza tem por objetivo reunir conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e também relacionados aos modos de agir sobre elas.
Myrian Veras Baptista

O objetivo principal deste estudo é analisar o impacto do acesso à educação e sua importância para o trabalho qualificado na vida das mulheres negras. Além disso, procuramos identificar as barreiras pelas quais as mulheres negras em ascensão social enfrentam em seu cotidiano e de que forma essas barreiras se colocam, interferem, dificultam a sua vida em sociedade e como essas barreiras e dificuldades são trabalhadas e/ou superadas.

Avaliamos ainda, a forma como a educação contribuiu para melhoria da sua qualidade de vida, sua ascensão socioeconômica e político cultural e na conscientização sobre seus direitos de cidadania, além de dar visibilidade à mulher negra, que a sociedade teima em mantê-la em condição de invisibilidade.

Enfim, pretendemos contribuir com a comunidade negra, especificamente com a mulher negra, no tocante à reflexão sobre seu papel na sociedade e sobre a sua condição de gênero e de raça.

A difícil trajetória de vida das mulheres negras na sociedade brasileira

É difícil a trajetória, mas é possível. É possível por que somos mulheres, somos fortes, somos guerreiras, somos lindas.
Maria Antonieta[2]

Atualmente, ser mulher e ser negra no Brasil significa ainda estar inserida num ciclo de marginalização e discriminação social e racial. Isso é resultado do nosso processo histórico de formação da sociedade brasileira, que precisa ser analisado a fim de buscar soluções equacionadoras para "antigos" e atuais estigmas e dogmas.

A abolição da escravatura sem planejamento e a estrutura da sociedade de base patriarcal, machista e classista, acabou por resultar na situação atual, em que as mulheres negras e/ou afrodescendentes são vítimas dessa tripla discriminação, mesmo que, muitas vezes, não tenham consciência dessa condição.

De acordo com os dados da pesquisa: Retrato das desigualdades de gênero e raça, divulgado em setembro de 2008, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

> *Se a cor se soma ao gênero feminino, o quadro se agrava: negras têm menos escolaridade que brancas, vivem situações de trabalho mais precárias e ganham, em média, 383,4 reais - 32% do que recebem os homens brancos -, enquanto o salário das brancas (em média, 742,1 reais) vale 63% dos holerites masculinos* (IPEA, 2008).

Na casa das negras falta muita coisa: 17% não têm geladeira, 77% ainda lavam a roupa à mão, 67% vivem sem telefone ou celular e 89% jamais tiveram um freezer. O perfil de ocupação desse grupo é pouco diferente da atividade que exercia no tempo da casa-grande e senzala. As mulheres negras estão em massa na maior categoria profissional brasileira: são 80% das mulheres dentre os 6,8 milhões de empregados domésticos. Esta é a única categoria inserida no mercado formal de trabalho que não cumprem os direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Devido à extrema pobreza, marca da sociedade brasileira, as meninas negras ingressam muito cedo no mercado de trabalho, na maioria das vezes, em condições de exploração pela sua condição financeira, produzindo em sua identidade, sentimentos de opressão e de humilhação. Para as mulheres negras e/ou afrodescendentes o mercado reserva posições menos qualificadas, os piores salários, a informalidade e o desrespeito.

É preciso lembrar que algumas dessas mulheres, contra todas as adversidades, conseguiram chegar à universidade, alcançaram um lugar de destaque na sociedade, mas as barreiras continuam.

De acordo com a professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, professora Maria Nilza da Silva:

---

[2] *Por razões éticas e para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, os nomes utilizados na construção deste estudo são todos fictícios.*

> *A mulher negra, portanto, tem que dispor de uma grande energia para superar as dificuldades que se impõem na busca da sua cidadania. Poucas mulheres conseguem ascender socialmente. Contudo, é possível constatar que está ocorrendo um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos. Talvez a partir desse contexto se possa vislumbrar uma realidade menos opressora para os negros, especialmente para a mulher negra* (SILVA, 2003).

Mesmo as que possuem diploma universitário, sofrem as discriminações do mercado. Muitas não conseguem exercer a profissão que se dedicaram na universidade e, sem outras opções, exercem as mesmas profissões de outrora.

Ascender socialmente é algo muito difícil para a mulher negra, são muitos obstáculos a serem superados. O período escravocrata deixou como herança no pensamento popular, que elas só servem para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos. A melhoria da posição social do negro e, especificamente, da mulher negra, é resultado de um esforço gigantesco.

Homens e mulheres afrodescendentes têm lutado diariamente para levar dignidade ao povo negro, resgatar a sua identidade e auxiliar na busca da sua ascensão social. Nosso estudo, indo ao encontro do cotidiano de mulheres negras, busca aprofundar as formas como elas superam e/ou superaram as constantes adversidades, dificuldades e barreiras do contexto socioeconômico e político cultural da sociedade contemporânea para garantir sua mobilidade social.

Este estudo está organizado da seguinte forma: No capítulo I, tratamos da história do negro no Brasil, desde a colonização, o seu ingresso na sociedade de classes, sua constituição como movimento organizado, fazendo um recorte de gênero e de raça, até o acesso do negro às políticas sociais na contemporaneidade.

No capítulo II, conceituamos mobilidade social, analisamos a ascensão dos negros no Brasil, apresentando algumas barreiras, dificuldades e obstáculos. Em seguida, refletimos sobre as políticas públicas de ações afirmativas e as cotas raciais como uma conquista do movimento negro organizado para garantir a sua mobilidade social ascendente.

No capítulo III, verificamos e analisamos os dados colhidos através da pesquisa de campo num processo dialético de discussão em que, a partir destes dados e demais informações colhidas, realizamos uma análise qualitativa, confrontando-os com as fundamentações teóricas e com as nossas percepções em relação ao processo das entrevistas realizadas.

Nas considerações finais, avaliamos todo o processo de construção deste trabalho e relatamos nossas impressões sobre tudo que ouvimos, sentimos e percebemos, contribuindo para o debate e a reflexão sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira e as implicações que recaem sobre ela na busca da ascensão social, por conta da sua condição de gênero associada à questão racial. Propomos ainda alguns caminhos e estratégias para a superação dessas desigualdades de gênero e de raça na sociedade brasileira.

1.1 – Colonização, escravidão e a questão do negro no Brasil

A história da colonização do Brasil foi marcada por uma série de acontecimentos que nos faz refletir sobre a sociedade que foi construída e reconstruída através do longo processo histórico e sobre seu reflexo e/ou resultado na sociedade que temos hoje. Um dos fatos determinante e mais nocivo para nossa sociedade foi a Escravidão.

Os negros foram protagonistas de uma história de escravidão, dizimação, expropriação e destruição da sua cultura. Trazidos para cá como escravos, o primeiro estatuto dos negros entre nós foi o de coisa, de mercadoria. Destinados a incorporar as terras recém-descobertas ao capitalismo mundial, através da extração e da produção de matérias primas para os mercados europeus, pois não foi possível realizar este empreendimento apenas com os indígenas. Os negros deveriam servir onde melhor atendessem aos seus senhores.

Por exigências políticas e econômicas, a escravidão não se fazia mais interessante para a classe dominante daquele período histórico. A partir daí, o que parecia ser a panaceia de todos os problemas dos negros, se tornou num grande tormento e marcou a vida destes negros e está presente na sociedade contemporânea por meio de seus descendentes.

> *Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel* (FERNANDES, 2008, p. 29).

Os negros não tinham raízes aqui e nem deveriam criá-las. Seu contato com a terra seria mediado pela escravidão e não lhes seriam dadas condições de possuí-las quando estivesse livre do cativeiro. Uma vez libertos, tornavam-se estrangeiros, africanos e o que se esperava destes era o seu retorno aos seus lugares de origem.

De acordo com o projeto de Estado brasileiro, a relação dos negros com a terra jamais deveria se constituir em bases estáveis. O acesso à terra permitiria a reprodução dos negros em outras circunstâncias, abriria espaço para a criação de raízes efetivas e à construção de um outro patamar a partir do qual se inseriria na sociedade brasileira.

> *O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva* (FERNANDES, 2008, p. 29).

Quando do final do século XIX, com a proclamação da República, no ano de 1889, colocou-se para o Estado, mais uma vez, a necessidade de pensar sobre que povo seríamos e o elemento responsável por essa preocupação era o negro. A miscigenação era um fato e não havia definição de quem era branco ou de quem era negro, como em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, no Brasil havia uma preocupação em relação ao futuro dos negros e dos mestiços, tendo em vista a grande quantidade existente no país.

Uma das providências para minimizar este problema e o cuidado para que o Brasil não se tornasse um "país de negros", foi o incentivo às grandes imigrações, especialmente proveniente do continente europeu. Foi a chamada teoria do embranquecimento[3], que visava o desaparecimento gradativo dos negros através da miscigenação, objetivando a redução da negritude no país, de mostrar um Brasil mestiço vivendo em harmonia com varias raças, ratificando assim a ideia de Gilberto Freyre.

Mas esta ação do Estado brasileiro trouxe outros problemas sociais e econômicos que afetaram os negros recém "libertos", como afirma o professor e sociólogo Florestan Fernandes:

> *[...] os recém-chegados, estrangeiros ou nacionais, absorviam as melhores oportunidades econômicas, até nas áreas rurais, acelerando a crise da escravidão e convertendo os negros e mulatos, predominantemente, num setor marginal da população e num subproletariado* (FERNANDES, 2007, p. 85).

Na sociedade brasileira, os negros não tiveram e não têm espaços para defender sua herança cultural que, em grande parte, se perdeu. Como descendentes de africanos, longe de fazer aparecer nobres virtudes, trazem à lembrança o sofrimento e a resignação que se associa a um passado que seria bem melhor esquecer, considerada uma mancha para a história do nosso país. Diversos intelectuais se ocuparam do tema sobre a questão do negro no Brasil, trazendo grandes contribuições para refletir sobre este acontecimento. Uns sob a ótica dos senhores outros sob a ótica dos escravos.

A produção intelectual de alguns deles, como é o caso de Gilberto Freyre que no livro Casa Grande e Senzala dá indicativos de que o Brasil vivia numa democracia racial. Esta ideia foi utilizada pelas classes dominantes e políticas do Estado Novo para passar a imagem de um país que não carregava, em seu passado escravocrata, ser este um problema para o seu desenvolvimento. Para sustentar a tese da democracia racial, Freyre afirma que brancos e negros eram "duas metades confraternizadas, que se enriquecem mutuamente de valores e experiências diversas". Analisa ainda a presença dos negros na história do Brasil como amparo indispensável para a colonização portuguesa.

> *Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criados e, quase que se pode acrescentar nobre, na colonização do Brasil; degredados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios e, sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda* (FREYRE apud LIMA, 2009).

A questão social do negro no Brasil se acentua com a abolição da escravatura. Se para a classe dominante representava o fim de um problema político e o atendimento de algumas exigências internacionais para que o Brasil pudesse participar ativamente das negociações com outros países, para o negro essa decisão puramente política, muito longe de ser humanitária, não representou a liberdade, pois se antes ele estava

---

[3] *Baseado nos estudos de IANNI, a ideologia do embranquecimento visava o desaparecimento gradativo do negro, através da miscigenação e a importação de imigrantes europeus, que favorecessem o processo de eugenia: nos tornarmos loiros e de olhos azuis, representou a passagem do racismo de dominação ao racismo de exclusão.*

preso em cativeiro, numa senzala, agora ele estava preso à sua mente, à sua subjetividade e à sua condição de exclusão.

Se para alguns intelectuais a relação entre os escravos e os senhores de escravo era harmoniosa, para outros, isso não passava de uma falácia, de uma visão e posição ideológica que não considerava as verdadeiras condições subumanas das senzalas em que viviam os negros e da relação de dominação e de violência existente na relação senhor e escravo.

> *[...] o negro vive nos limites de sua segunda natureza e tem de aceitar e submeter-se às regras do jogo, elaboradas para os brancos, pelos brancos e com vistas à felicidade dos brancos* (FERNANDES, 2007, p. 31).

Como ser livre se nunca fui livre? Como saber o que fazer como uma pessoa liberta se a única coisa que conhecia na vida era o cativeiro, a reclusão, o espaço delimitado para se movimentar? Como desbravar os horizontes se o seu limite sempre foi o das terras dos seus senhores? Com a sua libertação nada lhes foi assegurado em termos de meios que garantissem a reprodução e a reconstrução de suas vidas, de sua existência em liberdade.

Depois de mais de 300 anos participando da construção da sociedade como escravos, a sua carta de liberdade se assemelhava mais a um passaporte para a exclusão do mundo novo que se pretendia construir. Entregues à sua própria sorte, os africanos e seus descendentes vêm, desde então, construindo a sua história apesar de tudo quanto lhes foi e continua sendo negado, nos espaços que lhes foi possível ocupar. Como diz o discurso dos movimentos negros organizados: a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas esqueceu de assinar a nossa carteira de trabalho.

> *A desagregação do Regime Escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos [...]* (FERNANDES, 2008, p. 29).

Os negros saíram das senzalas sem nenhuma perspectiva de futuro, sem nenhum programa que os acolhesse nas suas necessidades que, a partir daquele momento, seria imprescindível para o seu desenvolvimento social, político e econômico. Eles ficaram perdidos, sem saber o que fazer e nem para onde ir.

A definição do lugar dos negros sempre foi um problema para o Estado, para as elites e para o próprio povo. Como reconstruir a história desse segmento da sociedade se a desconhecemos? Além disso, deliberadamente foram instituídas algumas leis que serviam apenas para marginalizar e penalizar os negros. Como é o caso da lei da vadiagem, prevista no Código Penal do Império, em 1930, que dizia que se fossem encontradas mais de duas pessoas juntas na rua, estes deveriam ser presos por praticarem a vadiagem.

Ora, se os negros foram libertos, para onde eles poderiam ir senão para as ruas? Pois se antes da abolição ele tinha, bem ou mal um lugar para dormir, para ficar, ainda que em condições subumanas, agora com a liberdade sequer eles tinham um lugar pra dormir, fazer suas refeições quando as tinham. Estas leis foram criadas exatamente para penalizar e minimizar os problemas e infortúnios que toda esta gente causaria à

elite brasileira e à classe dominante. Então vamos recolher estas pessoas, vamos limpar as ruas destes desocupados.

> *Essas leis vieram após a maciça chegada da política de imigração que trouxe para o Brasil cerca de 1,5 milhões de imigrantes que, subsidiados pelo governo recebiam terras, trabalho e proteção especial. Enquanto os negros eram deixados a míngua completamente excluída da economia formal, da educação. Escravos libertos eram expulsos das fazendas e jogados com suas famílias nas ruas das grandes cidades e também nas áreas rurais onde a abolição demorou mais a chegar* (OLIVEIRA, 2009).

Na década de 1930 sob a influência do culturalismo[4] foi possível dissociar raça e cultura e começar a pensar o negro não mais como intelectualmente inferior. Foram dados dois enfoques que se ocuparam a analisar a sua presença e discutir as suas possibilidades entre nós. Um deles era liderado pelo médico Artur Ramos, inspirado no, também médico, Levy Bruhl, que buscava na educação um eficiente instrumento para a erradicação de suas crenças e superstições. Ele afirmava que, apesar de intelectualmente capazes, a cultura de que eram portadores se articulava a partir de um outro tipo de racionalidade, o que a tornava indesejável ou inadequada para um país que se queria branco, ocidental e cristão e que buscava a modernização e a inserção na civilização.

O outro enfoque é o liderado por Gilberto Freyre, inspirado no culturalismo de Franz Boas que supervaloriza a cultura de determinados grupos e sua interferência na formação cultural de outros. Ao valorizar a contribuição cultural do negro e a miscigenação de modo amoroso, fantasioso como Gilberto Freyre o fez, lançou o fundante mito das três raças, o mito da democracia racial, que a partir daí ganhou *status* acadêmico e oficial para a compreensão da nossa identidade como povo, passando a ser discutido e analisado por outros intelectuais. E afirma:

> *[...] que a miscigenação praticada no Brasil corrigiu a distância social entre a casa grande e a mata tropical, em outras palavras, entre a casa grande e a senzala, o que é largamente questionado por intelectuais críticos de outras décadas* (FREYRE apud LIMA, 2009).

A dissociação entre raça e cultura representou um avanço muito importante para os debates sobre a questão racial em relação à perspectiva evolucionista, biologizante criando, sob a perspectiva de reflexão socioantropológica sobre o negro no Brasil, um distanciamento entre a dimensão cultural e dinâmica da produção e reprodução social dos negros e as suas condições reais constitutivas da sua existência.

A partir dos anos 1950 o foco das discussões e reflexões sobre o negro se deu nas relações sociais estabelecidas por esta importante parcela da população brasileira. Sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) vários estudos e pesquisas foram desenvolvidas em todo país até a década de 1960. O que resultou numa série de trabalhos através dos quais se buscava investigar as barreiras e obstáculos para a ascensão social dos negros.

---

[4] *É uma corrente culturalista em antropologia, desenvolvida fundamentalmente nos Estados Unidos, no período entre as duas guerras mundiais, cuja premissa básica era a de que uma dada cultura impõe um determinado modo de pensamento aos homens nela inseridos. Para esta corrente de pensamento, a cultura condiciona o comportamento psicológico do indivíduo, sua maneira de pensar, a forma como percebe seu entorno e como extrai, acumula e organiza a informação daí proveniente e teve como principais representantes, Ruth Benedict (1930) e Margaret Mead.*

Nomes importantes deste período tiveram um papel e uma contribuição relevantes nesse processo de desconstrução de um paradigma e construção de uma nova visão sobre a questão no negro no Brasil[5]. Se os estudos com um recorte culturalista desvelaram a importância de uma matriz cultural no interior da formação da sociedade brasileira, os estudos com recorte sociológico, voltado para a inserção do negro na sociedade de classes, denunciaram os mecanismos através dos quais os negros foram e ainda são mantidos na base da pirâmide social.

A discriminação e o preconceito sempre tão veementemente negados e velados, mas tão zelosamente conservados e protegidos pelo mando de uma pretensa e propalada democracia racial, foram expostos e postos em discussão. Como se pode perceber, estes são problemas muito antigos, mas que continuam arraigados na sociedade até os dias de hoje.

> *[...] o fato é que hoje a miscigenação não faz parte de um processo societário de integração das "raças" em condições de igualdade social. A universalização do trabalho livre não beneficiou o "negro" e o "mulato" submersos na economia de subsistência* (FERNANDES, 2007, p. 46).

Esta nova visão, a partir do ponto de vista dos escravos e de seus descendentes, expôs as mazelas de uma sociedade que, hipocritamente, se vangloriava de viver em uma democracia racial, sem conflitos entre as raças. Onde todos eram tratados de maneira igual e que isso representava um privilégio para as pessoas. Um orgulho. Orgulho este que foi desmascarado pelas pesquisas e estudos que mostraram uma realidade muito diferente da que era vendida ou divulgada para o exterior.

Na década de 1960 surge na chamada Escola Paulista, formada por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Emilia Viotti da Costa entre outros, uma revisão do tema da escravidão. Nesta nova visão havia o combate ao mito da democracia racial defendida por Gilberto Freyre e questionava as doces e benevolentes relações existentes entre os senhores e os escravos, além de denunciar os horrores da escravidão no nosso país. Estes intelectuais concluíram que as condições de extrema dominação e violência e de vida dura em cativeiro havia tirado dos negros quaisquer habilidades necessárias para serem bem sucedidos na vida em liberdade.

> *As condições desfavoráveis da vida em cativeiro teriam desprovido os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores, ocorrendo assim, uma "coisificação social" dos negros sob a escravidão* (LIMA, 2009).

Para Florestan Fernandes os problemas raciais do Brasil é bem diferente da visão que considera principalmente os aspectos culturais da vida em sociedade. Ele conclui que as benesses de ordem cultural super valorizadas e ressaltadas pelos intelectuais culturalistas, como Gilberto Freyre, contribuíram para camuflar a desintegração social do negro brasileiro que ficou excluído da evolução da sociedade e dos seus ciclos econômicos bem como do novo sistema de relações de trabalho e de quaisquer iniciativas de ressocialização à nova ordem social baseada no trabalho livre. Além disso, o professor Florestan Fernandes considera que:

---

[5] *Thalles de Azevedo, Charles Wagley, Marvin Harris, Harry Hutchinson e Benjamin Zimerman, da Bahia; Rene Ribeiro, do Recife; Luiz A. da Costa Pinto, do Rio de Janeiro; Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Roger Bastide, de São Paulo; dentre outros.*

> *[...] a ideia da "democracia racial" acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as "populações de cor" nas cidades em que elas se encontraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente)* (FERNANDES, 2007, p. 46).

Estes revisionistas viam uma saída para os escravos: a resistência aberta e a rebeldia, constituindo-se na única maneira de se afirmarem como pessoas humanas, como sujeitos de sua própria história.

Outros autores como Jacob Gorender ressalta a importância da resistência dos escravos contra a escravidão. Na sua obra: A Escravidão Reabilitada ele admite que o escravo não aceitava a escravidão. Era obrigado a adaptar-se a ela. Esta não aceitação era demonstrada pelas fugas para os quilombos, as insurreições, mas também na vida cotidiana como mau trabalhador, sabotador do trabalho. "O escravo era um sujeito, tinha subjetividade, podia reagir ao senhor, seja pela insubordinação, pela astúcia ou pela violência, ou mesmo, em alguns casos – pela negociação. Isso não deixava de fazer com que, então socialmente, ele fosse uma coisa".

Não foram poucas as experiências exitosas de resistência. Muitos quilombos foram criados pelo Brasil afora. Dentre eles o mais significativo para a comunidade negra foi o Quilombo dos Palmares, em Alagoas. Liderado por Zumbi dos Palmares, este quilombo abrigou diversos fugitivos das fazendas de engenho.

> *Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente* (REIS, apud LIMA, 2009).

A historiografia brasileira sobre o negro no Brasil por muito tempo encarou a escravidão de forma bastante rígida. O escravo foi sempre visto, alternadamente, como herói ou vítima, sempre como objeto, de seus senhores, de seus próprios impulsos, ou ainda da história que se propunha a estudá-lo. Mas vem ganhando força uma nova abordagem que vê a escravidão, sobretudo da ótica do escravo, resgatando desta forma as pequenas e grandes conquistas do dia a dia daqueles que, ao contrário daquilo que até hoje se supôs, resistiam a tornar meras engrenagens do sistema que os escravizara.

A possibilidade de pensar junto raça, classe e cultura só teve início na década de 1970 quando, a partir dos movimentos sociais emergentes que começaria a se organizar um movimento negro que, para se constituir, teria que necessariamente pensar a questão da identidade negra, ou seja, a questão do negro em toda sua complexidade. Embora, alguns autores como Florestan Fernandes considerava que a organização do negro não se dá exatamente nesta data.

1.2 – O negro na sociedade de classes

Perdidos uns para os outros, no estreito e sombrio mundo social, que puderam recriar para si sob a escravidão, não compartilhava dos laços de interdependência, de responsabilidade e de solidariedade que integram fortemente os homens, nos pequenos ou nos grandes agrupamentos sociais.
Florestan Fernandes

Livre de si mesmo, responsável por uma pessoa e por seus dependentes sem meios materiais e morais para realizar a grande proeza de se adequar a uma nova economia competitiva no regime de organização da vida e do trabalho. Com a Abolição a atenção dos senhores se volta especialmente para seus próprios interesses, eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos e também sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais.

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis, como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e semi desocupados do país.

Os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais” que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantidos fora das atividades produtivas). Com o novo regime do trabalho, o país importou mão de obra da Europa, constituída por trabalhadores mais acostumados ao novo regime econômico e social.

> *Prevaleceram interesses dos fazendeiros, especialmente os sulistas, que ao recorrer à imigração, resolveram a questão da mão de obra, alijando do trabalho, os ex-escravos* (RASSI, 2010).

Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. Perdendo a sua importância privilegiada como mão de obra exclusiva, o negro perdeu todo o interesse que possuíra para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo.

Em um período que as famílias dos fazendeiros paulistas começavam a fixar residência em São Paulo, em que se acentuava a diferenciação do sistema econômico da cidade, o liberto se defrontou com a competição do imigrante europeu, que não temiam o confronto com o negro e com isso absorveu, conquistou as melhores oportunidades de trabalho livre e independente, mesmo as mais modestas, como a de engraxate, vender jornais ou verduras, transportar peixe ou outras utilidades para explorar o comércio de quinquilharias. Em relação a esta correlação de forças Florestan Fernandes acentua que:

> *[...] estabeleceu-se uma correlação que fez com que a intensificação do crescimento econômico passasse a beneficiar o branco – predominantemente, o branco de origem estrangeira – e não o negro ou o mulato “livres”* (FERNANDES, 2007, p. 171).

O crescimento econômico da cidade de São Paulo, ainda nos fins do século XX, era focalizado na economia artesanal e do pequeno comércio urbano que eram monopolizados pelos brancos e serviam como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantavam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo do crescimento econômico do país.

São Paulo era a capital menos propícia à absorção imediata do elemento recém-egresso da escravidão; porém se apresentava como o primeiro centro urbano especialmente burguês. E com o crescimento econômico, o afã do lucro e ambição do poder e o acúmulo da riqueza; a liberdade humana era ingrediente do "progresso" no Brasil. E com essa ideologia predominante o negro encontrou acolhido (no período final de desagregação do regime servil), sob o manto das relações paternalistas entre as famílias tradicionais e em menor número entre as famílias adventícias em ascensão.

Porém, mesmo quando o negro conseguiu se inserir no sistema produtivo de ocupações, ele não se polarizava em direção do futuro, não engrenava. Faltava-lhe coragem para enfrentar ocupações degradantes em troca de alimentos. E com isso os estrangeiros começaram a fomentar a poupança e acumular riquezas. Onde mantinham posições dignificadoras como artesão ou comerciante de vendas.

> *O mundo que surgia posteriormente, em virtude do crescimento urbano-comercial e industrial, não corrigiria essa situação; para que ele viesse a contar, para o "negro" e o "mulato", era preciso que estes se transformassem previamente, assimilando atitudes e comportamentos do* homem da cidade *da era do trabalho livre e do capitalismo* (FERNANDES, 2007, p. 171).

Com o acúmulo de riquezas, os estrangeiros conquistaram algumas ocupações promissoras como: funcionário público e como trabalhador livre, a jornaleiro, apegando-se aos modos de ação variavelmente pré e anticapitalista.

Nessa conjuntura da emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornou imprópria e até perigosa para as massas de libertos que nela se concentravam. E de outro lado, as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas.

Como não se manifestou qualquer impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o negro (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal.

Em resumo, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

A urbanização e a europeização se refletiram na transformação da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Com a competição e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo os grandes fazendeiros excluíram quase que totalmente a mão de obra do negro para a absorção maciça de mão de obra estrangeira.

> *No período imediatamente posterior à Abolição, as oportunidades foram monopolizadas pelos brancos das antigas camadas dominantes e pelos imigrantes* (FERNANDES, 2007, p. 114).

Segundo o censo de 1890, seus dados nos permite apreciar esse contraste, na composição da população segundo a cor entre a capital e o estado de São Paulo. Compreendendo quase 30% de negros livres, o nosso vasto mundo rural diluía os contingentes "estrangeiros" (convertidos em 5,4% no cômputo geral) e não destacava muito do padrão tradicional de composição racial da população brasileira. Os 10.842 negros da cidade de São Paulo competiam contra 14.303 estrangeiros (ou seja, 22% da população local) que não chegava a 17% do aglomerado humano, evoluindo com flagrante rapidez para um estilo de vida individualista e competitivo, relações estas que são adversas à assimilação dos negros ao novo regime de relações de produção.

A organização do trabalho livre no começo do século XX passou a ser, por excelência, ocupada por imigrantes. A população descrita como branca correspondia a quase cinco vezes a população negra; composta de 14.559 indivíduos. Com os "nacionais" que se declararam "brancos" perfaziam 44.258 indivíduos. Existiam até mais imigrantes italianos na cidade de São Paulo do que brasileiros natos.

O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio das miudezas, fortalecendo – se de modo severo com tendência a confiná-los em tarefas ou ocupação brutas, mal retribuídas e degradantes.

> *Como se o passado se reproduzisse continuamente no presente, a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder engendra um arcabouço social que nada (ou muito pouco) ostente de competitivo, de igualitário e de democrático em suas linhas raciais. Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classe* (FERNANDES, 2007, p. 117).

O impacto da competição com os "estrangeiros" foi aniquilador para o negro. Enquanto o branco da camada dominante conseguia se proteger melhor seja na sua posição na estrutura do poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica, de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro tinha de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema, com o qual "não serviam para outra coisa" ou com os quais "estavam começando bem por baixo".

Como meros atributos ao homem que fosse livre para vender e aplicar sua força de trabalho, o que adquiria caráter essencial no cerne de suas avaliações, era a condição moral da pessoa e sua liberdade de decidir como, quando e onde trabalhar.

Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar sua "vida nova na pátria nova", calculando se libertar dessa condição o mais depressa possível, o negro convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana, dissociando do contrato de trabalho assalariado. Paula Souza dá um testemunho incisivo.

> *[...] A libertação condicional mesmo com o prazo limitadíssimo não produz efeito algum naquelas almas ulceradas por tão*

> *longo cativeiro. Suspeitam e com razão, a respeito de alguns, que tal liberdade é apenas um logro para demorá-los na escravidão, da qual as circunstâncias os tirarão. Trabalham, mas com indolência e má vontade: funciona o corpo, mas o espírito* (LIMA, 2009).

Os fazendeiros paulistas tiveram a habilidade de converter uma transformação violenta e profunda, suscetível de se tornar uma "catástrofe econômica", numa política oficial empenhada em solucionar a questão da mão de obra agrícola de acordo com os interesses e as conveniências da grande lavoura do café e a transplantação maciça de trabalhadores europeus.

Sem as garantias de reparações materiais e morais justas e eficazes a Abolição condenou o negro a estar excluído do mercado competitivo de trabalho. Longe de equiparar-se ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, permanecendo na regressão ocupacional e ao desequilíbrio social.

1.3 – O Movimento Negro e a luta contra a discriminação racial

A resistência do povo negro às condições de vida impostas pela sociedade escravocrata sempre esteve presente desde o período da escravidão, naquela época caracterizada pela formação dos quilombos e na atualidade representada pelas diversas organizações sociais da comunidade negra. Estes movimentos de resistência ganharam novas "roupagens", novas configurações, com novas exigências e novas formas de reivindicação. Os zumbis da sociedade contemporânea são personificados nas figuras e personalidades que são referências para o movimento negro na sociedade atual.

Após a abolição da escravatura, abolição esta reivindicada pelos negros e por diversos abolicionistas, tendo estes, os abolicionistas, as suas razões políticas e econômicas para tanto interesse na efetiva libertação dos escravos, os negros passaram a ter outras necessidades. A "liberdade" tão sonhada pelos negros se transformou em momentos de muitas dificuldades e de indefinições, como relata um dos representantes do movimento negro na Baixada Santista, José Ricardo dos Santos, presidente da Associação Cultural dos Afrodescendentes da Baixada Santista (AFROSAN):

> *Não se pode chamar de liberdade o que aconteceu. Não houve uma contrapartida para aquelas pessoas que, sem condições, se viram, de uma hora para outra, nas ruas, sem oportunidades* (SANTOS, 2007).

Os negros foram libertos e, se antes eles tinham, bem ou mal, a senzala como casa e os restos das comidas dos seus senhores como alimentação, com a abolição eles perderam estes "direitos". De repente, ficaram sem trabalho e consequentemente sem casa e sem comida. Passaram a perambular pelas ruas, a ocupar os bairros periféricos, pois não havia nem espaço e nem trabalho nos grandes centros. Estas novas necessidades começaram a fazer parte das reivindicações do Movimento Negro. E é Movimento Negro mesmo, pois os negros tiveram que criar os seus movimentos específicos, já que não eram aceitos nos demais movimentos sociais organizados da sociedade.

> *A comunidade negra também se ressentiu e procurou se integrar na resistência à República, mas foi impedida, como por exemplo, no movimento operário dominados por imigrantes. A comunidade negra sofreu rejeição, pois a esmagadora maioria das lideranças era formada por estrangeiros* (MARAM, 1978, apud SANTOS, 2007, p. 13).

Milhares de militantes negros lutaram e ainda lutam. Dedicaram e dedicam parte da sua vida em defesa da causa dos negros. Lutam pela eliminação da discriminação racial, contra o mito da democracia racial e contra a invisibilidade e a indiferença em relação a um grupo da sociedade que vive, literalmente na pele, os processos de exclusão social e consequentemente, do não acesso às políticas públicas e os direitos sociais.

A questão racial sempre esteve presente na sociedade brasileira, mas deliberadamente ignorada. Precisamos desvelar esta realidade, conhecê-la, para que possamos compreender como se deram as relações de dominação no Brasil. O movimento negro neste país sempre esteve à margem da sociedade, assim como os próprios negros. Sempre conviveu com a solidão e o anonimato.

> *No movimento tenentista, os negros eram proibidos de ingressar no corpo de oficiais e nos partidos políticos, dominados pelas oligarquias estaduais. As elites não tinham nenhum interesse em facilitar qualquer envolvimento da comunidade negra* (SANTOS, 2007, p.13).

O desafio colocado para o Movimento Negro foi, e sempre será, o de desconstruir a ideia de que vivemos numa sociedade onde não há discriminação, onde todos têm oportunidades iguais. E isso não tem sido uma tarefa fácil, pois tem que mexer na base de uma sociedade que teve como lastro a dominação dos que podem sobre os que não podem, dos que têm dinheiro sobre os que não o têm, dos brancos sobre os negros. Uma sociedade baseada, criada e gestada para os grandes latifundiários, os grandes donos do capital e dos meios de produção.

Apesar da ausência forçada de uma comunidade negra organizada, existia um sentimento de identidade negra, que acompanhou a expansão da cidadania da população negra. Com muitas dificuldades e muito esforço, os negros construíram muitas associações recreativas e uma imprensa negra muito ativa, resultando num grande número de jornais e periódicos tratando das questões referentes à comunidade negra e suas manifestações culturais. Dessa forma, os negros, através da imprensa de negros para negros conseguiu realizar a autoafirmação da comunidade negra recém saída de um período de escravidão que deixou tantas marcas físicas, sociais e psicológicas.

Neste período, já havia uma grande preocupação com a educação como forma de garantir a ascensão social da comunidade negra, tendo em vista a sua presença predominantemente nas classes sociais menos abastadas. Estas formas de expressão dos negros junto à sociedade brasileira:

> *Refletia o mundo ideológico do negro paulista, suas esperanças, e comportamento, retratando um contexto de ambiguidades, frustrações, incertezas. Reivindicavam sua integração e participação na sociedade e o resgate da história de um povo, com textos que demonstravam orgulho de pertencer à comunidade negra e, principalmente, valorizavam a educação como maneira de conseguir ascensão social* (SANTOS, 2007, p. 14).

Uma das organizações negras considerada como referência e marco da resistência da população negra no Brasil foi a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo, em 1931 e surgiu como uma das estratégias de combate à discriminação racial. Seu surgimento se deu por conta da discriminação racial sofrida por um grupo de jovens negros que tiveram sua entrada proibida numa casa de diversão, em São Paulo. O diferencial da Frente Negra Brasileira era que, além das reivindicações de cunho político e cultural, a Frente incorporou a luta pelas justas condições de acesso ao trabalho, bem como o propósito de ocupar espaços no cenário nacional brasileiro.

Com o Golpe de Estado instituído pelo presidente à época, Getúlio Vargas, que tornou ilegal todos os partidos políticos existentes, a Frente Negra Brasileira, que havia sido transformada em partido político, foi fechada pela lei que instituiu o Estado Novo, em novembro de 1937. Além da Frente Negra, muitas outras entidades negras foram desarticuladas e desativadas no período do Estado Novo.

Neste novo cenário, o cotidiano da população em geral e da comunidade negra em especial, foi substancialmente afetado, marcado por muitas lutas, muitos sofrimentos e muita humilhação. Nesse sentido, houve um episódio na cidade de São Paulo que deixou a população negra em estado de alerta e que acabou gerando um clima de protestos, resultando na proibição da circulação dos negros na rua Direita pela polícia de São Paulo, em 1944.

> *Os negros começaram a ir à rua Direita nas tardes de domingo e à noite para se encontrar, conversar, marcar compromissos, namorar. Independentemente de as lojas estarem abertas ou fechadas, os comerciantes do bairro começaram a se queixar* (SANTOS, 2007, p. 20).

Com a redemocratização do país, era o momento de rearticulação e avaliação do que havia sido feito. As esperanças se renovaram. A Frente Negra Brasileira se rearticula como partido político e se transforma na Associação Nacional do Negro Brasileiro (ANNB) e conclamava a todos a uma reação contra a sonegação dos direitos sagrados do negro e de sua efetivação, fazendo referência a uma “nova abolição”. E este novo momento exigiria novas posturas e algumas estratégias, especialmente as relacionadas com a educação, que sempre foram enfatizadas pelo Movimento Negro como primordial para a transformação da realidade socioeconômica do negro na sociedade brasileira.

> *A educação é reivindicada de outra forma; se antes era dirigida diretamente aos pais dos jovens negros, o apelo era feito para que os negros fossem às escolas por um aperfeiçoamento cultural e intelectual; agora a educação é reivindicada a partir de uma reflexão apoiada no valor econômico, isto é, em melhores condições de trabalho, que vão resultar em melhores condições econômicas* (FERRARA, 1986, apud SANTOS, 2007, p. 23).

No mercado de trabalho, o Movimento Negro também teve e tem um grande desafio para a nossa sociedade, que é a questão da discriminação racial. A luta por uma legislação antidiscriminatória é um desafio constante e pauta garantida da lista de reivindicações da comunidade negra. A situação do negro no mercado de trabalho mantinha os padrões de discriminação racial. A publicação de anúncios procurando empregados com a advertência: “não aceitamos pessoas de cor”, era prática corrente dos empregadores.

> *Com efeito, candidatos de cor, mesmo com habilitação para comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras, e outros estabelecimentos que exigem pessoas de "boa aparência", não conseguem trabalho. [...] É o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator do desemprego, em seguida vêm a idade e a nacionalidade* (NASCIMENTO, 1978 apud SANTOS, 2007, p. 23).

O magistério foi uma das poucas profissões às quais os negros começaram a acessar, o que indicava que a conscientização promovida pelo movimento negro começava a obter sucesso. Embora esta ascensão não representasse a realidade de toda comunidade negra.

O racismo e a discriminação racial são temas que estão intimamente imbricados. Um leva à outra e estes levam a comunidade negra a constituir a base da pirâmide social brasileira. Assumem papéis, configurações e estilos diversos, mas com uma única essência: a exclusão. Ou seja, a impossibilidade de acesso aos bens produzidos socialmente, às políticas sociais públicas e a inserção e integração de fato na sociedade brasileira.

> *[...] o racismo é em toda a parte diferente e em toda a parte o mesmo – varia em estilo, mas não em essência* (FIGUEIREDO, 1977 apud SANTOS, 2007, p. 30).

O que há de mais intrigante e contraditório nesta situação é o fato de apesar de passar por todas estas adversidades, os negros não poderem expressar e manifestar as suas percepções e ideologias em relação à sua identidade e o seu papel na sociedade brasileira, sob o risco de ser acusado de subversivo ou de divisionista pela sociedade brasileira. A classe dominante considerava qualquer movimento de conscientização negra como ameaça ou agressão. Não se permitindo esclarecer e compreender a sua própria história. Negando-lhes a possibilidade de autodefinição, tirando-lhes os meios de identificação racial. Acusados, muitas vezes, de que estavam tentando impor ao país uma suposta superioridade racial negra, quando ocorria e ocorre exatamente o contrário.

> *Há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos. Mas isso não é verdade: eles lutam contra privilégios, que os mantiveram afastados, em detrimento de segurança e de nosso progresso, dos direitos fundamentais do homem em nossa ordem social* (FERNANDES, 2007, p. 57).

A ideia era, e ainda é, exatamente desconstruir a suposta superioridade racial e os privilégios dos não negros, suposição esta alimentada e baseada pelo mito da democracia racial e pela ideologia do embranquecimento e/ou branqueamento da população brasileira. Assim como a invisibilidade, a omissão, o silêncio ou o recalcamento em torno das desigualdades raciais no Brasil.

> *Qualquer reação do negro à situação brasileira enfrentaria dois incovenientes: uma opinião oficial consideraria "atividades raciais" como subversivas, e a atitude geral da sociedade que consideraria isso divisionista* (NASCIMENTO, 1978 apud SANTOS, 2007, p. 31).

O Movimento Negro contemporâneo assumiu algumas características diferenciadas, entre elas destaca-se a presença importante de estudantes universitários negros que se organizaram em associações e/ou em grupos temáticos de trabalho e de pesquisas

nas diversas universidades do país. Embora isso não tenha diminuído ou livrado o negro universitário de continuar a enfrentar situações de discriminação racial.

Na verdade criaram-se novos conflitos, pois à medida que o negro teve acesso à universidade, passou a ter consciência de seu papel na sociedade e adquiriu argumentos teórico-científicos sobre a sua origem e sua formação sócio-histórica para debater com os "intelectuais". Essa condição lhe proporcionava e ainda proporciona assumir uma postura crítica e maior percepção da necessidade de defender seus interesses como negro em ascensão.

Além disso, há o surgimento crescente e a criação de diversas entidades e organizações não governamentais organizadas e dirigidas pela sociedade em geral que lutam pelos direitos dos negros e o reconhecimento da cidadania e da identidade negra. O presidente da AFROSAN, uma destas entidades que surgiram para a defesa destes direitos, em reportagem no Jornal A Tribuna do dia 20 de novembro de 2007 fez uma declaração que nos remete à questão da invisibilidade da população negra:

> *O maior problema enfrentado pela população negra é a sua invisibilidade. Nos falta, seja por falta de incentivo ou de autoestima, espaço para que possamos mostrar toda nossa potencialidade* (SANTOS, 2007).

A necessidade de busca de espaço e participação política efetiva, bem como a necessidade de organização da comunidade negra para a reivindicação dos seus direitos, que foram historicamente ignorados, foi o que caracterizou o Movimento Negro brasileiro no seu surgimento. O que não difere dos seus objetivos na contemporaneidade: ter reconhecida sua luta contra a discriminação racial, sem abrir mão da sua identidade como negro.

1.4 – A mulher negra e os movimentos sociais

> *As mulheres negras têm sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro ou geral que luta por justiça social e inclusão social, sua atuação pode ser vista desde o regime escravocrata até hoje.*
> Jurema Werneck

No contexto do Movimento Negro no Brasil, não podemos deixar de mencionar a importância da participação das mulheres negras em todo o processo de mobilização e de luta da comunidade negra contra a discriminação racial e em prol dos direitos sociais. Elas tiveram participação importante na organização de ações de resistência à escravidão durante o período em que durou o regime escravocrata no Brasil.

Tanto nas ações cotidianas como nas fugas individuais e coletivas, nas revoltas nas fazendas e urbanas que marcaram a história de luta e de resistência do povo negro. Sua expressiva participação se deu em diferentes e importantes posições, a partir de sua capacidade de circulação e articulação em diferentes grupos. Apesar de estas informações serem pouco consideradas nos estudos sobre os movimentos de resistência da população negra, especificamente no que se refere à resistência ao período escravocrata.

> *Um outro exemplo é apresentado pelos quilombos, apesar de ainda se negligenciar a dimensão e importância das articulações entre mulheres, das tradições e dos repertórios de agenciamento para as lutas empreendidas* (WERNECK, 2005).

Na história sobre os quilombos, geralmente a participação das mulheres negras é ignorada, exaltando-se quase que exclusivamente a figura de Zumbi dos Palmares, líder do maior quilombo do Brasil, o Palmares. Contudo, alguns nomes importantes de mulheres negras são citados em estudos sobre a questão da resistência negra e a participação das mulheres nestes processos.

> *É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificado pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência* (WERNECK, 2005).

Com o fim da escravidão, a luta das mulheres assumiu outras lutas, basicamente voltadas para a garantia da participação de negras e negros na sociedade brasileira em condições de equidade. Como exemplo desta nova configuração das lutas das mulheres negras podemos citar a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo nos anos 30, do século XX, comandada pela ativista Laudelina Campos Melo, também integrante da Frente Negra Brasileira. Não por acaso, a centralidade do trabalho doméstico aparece tendo em vista o fato de ser a principal atividade exercida majoritariamente por mulheres negras.

Outro marco importante para a mobilização política das mulheres negras foi a fundação do Conselho Nacional da Mulher Negra (CNMN) em 1950, formado por mulheres vinculadas à cultura, às artes e à política.

Apesar de pouco valorizada, mas que está presente no cotidiano de todas as pessoas, a cultura de massa também teve um papel preponderante para a valorização e inserção da mulher negra na sociedade brasileira como protagonista. A música popular brasileira, as escolas de samba, o esporte, entre outras frentes, são importantes para o protagonismo destas mulheres, ainda que alguns fatores tenham tirado das mulheres negras o seu papel central.

A partir do trabalho destas mulheres em torno do samba e seus produtos, é possível verificar a intensa circulação de conteúdos e formas de crítica cultural e política, confrontando as hegemonias de raça e de gênero, de afirmação e atualização da tradição, de expressão e significado do corpo e seus elementos, de ocupação de espaços públicos e privados, de nação, de comunidade e de povo.

> *E ainda, através de sua atuação na cultura de massas, estas mulheres possibilitaram também a propagação e tradução de vozes negras e suas formulações políticas para além das esferas imediatas de atuação dos movimentos sociais, em tempos marcados tanto por ditaduras militares ou civis, quanto em tempos da paz racista e sexista* (WERNECK, 2005).

As mulheres negras têm sido parte importante da sociedade brasileira há cinco séculos. Como grupo específico em defesa de seus interesses ou como parte integrante do amplo contingente de negros que luta por justiça social e inclusão social. Sua participação pode ser vista desde o regime escravocrata até os dias de hoje.

Ainda que invisibilizadas, atuando num contexto de racismo e sexismo, se colocam à disposição da sociedade brasileira com a qualificação e a autoridade de quem tem séculos de lutas, de pensamento e discussão a serviço de uma ação de transformação da sociedade. Suas ações diferem do movimento negro em geral pelo fato de ter seu foco numa sociedade sem sexismo, sem diferenças de orientação sexual, além de temas gerais como o racismo, uma sociedade sem iniquidades, sem desigualdades de classes sociais, entre muitas outras.

As violações cotidianas de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais tem como resultado os piores indicadores de qualidade de vida, especificamente no grupo das mulheres negras, é o que faz com que esta luta não cesse. Uma luta que busca desconstruir valores negativos que foram construídos sócio e historicamente e que trazem consequências gravíssimas para o conjunto da sociedade, especialmente os negros e negras.

> *O Movimento Negro busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. Dessa forma, a luta histórica é por garantia da dignidade e da continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros* (RIBEIRO 2008, p. 990).

As mulheres negras desenvolveram, e ainda desenvolvem, suas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de autodefinição a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas, que foram se reproduzindo histórico e socialmente. Com a capacidade de resiliência[6] e de superação destas adversidades, as mulheres transformam estas condições em impulso para luta pela igualdade de tratamento, pela eliminação da indiferença dispensado a elas e para a publicização de suas necessidades para a sociedade em geral.

> *Essas situações reproduzidas historicamente impulsionam o movimento feminista em busca de tratamento das questões vinculadas à vida privada como aspectos políticos, demonstrando a complexidade das relações sociais (como sexualidade, violência de gênero, trabalho doméstico etc.). Na luta por direitos, as mulheres buscam romper com a indiferença em torno de questões cotidianas, trazendo-as como demandas para a esfera pública* (RIBEIRO, 2008, p. 989).

Estas estratégias, aos poucos, têm sido capazes de recolocar e valorizar o papel das mulheres negras como agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação societária. Mas essa não é uma tarefa única e exclusiva das mulheres negras ou não negras. É preciso que a sociedade, de um modo geral, se co-responsabilize pela eliminação destas desigualdades para que tenhamos uma sociedade livre de todas as formas de autoritarismo e de sobreposição dos ricos sobre os pobres, dos brancos sobre os negros e dos homens sobre as mulheres.

---

[6] *Resiliência é a capacidade concreta de retornar ao estado natural de excelência, superando uma situação critica. Segundo dicionário Aurélio, é a propriedade de pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora de tal de formação elástica. Sociologicamente falando, é a arte de transformar toda energia de um problema em uma solução criativa (GRAPEIA, 2004).*

1.5 – O negro e a assistência social no Brasil

A questão do negro na assistência social no Brasil inicia-se desde a formação dos assistentes sociais que são, em sua essência, os executores das políticas públicas de assistência social até o usuário final que são os cidadãos que as materializam. Embora a discriminação racial seja histórica no Brasil e o Serviço Social considera um fenômeno a ser combatido, esta discussão não tem tido muita relevância junto à categoria profissional, bem como no processo de formação.

> *[...] o profissional que foi educado no seio de uma sociedade cuja cultura ainda hegemônica, é a do mito da democracia racial e que não obteve no período de formação instrumentos de análise crítica das relações raciais constituintes do seu país, poderá ter dificuldade em intervir de forma competente e comprometida com a restituição de direitos violados da população historicamente discriminada por condição étnico-racial* (ROCHA, 2009).

Quando analisamos as grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social nos deparamos com a omissão da temática racial nos seus conteúdos e quando há qualquer menção ao tema, é tratado de maneira secundária, não se trabalhando os conceitos fundantes do preconceito e da discriminação contra a população negra e como estes conceitos deformados da sociedade brasileira contribuíram para a exclusão perversa e cada vez mais sofisticada e camuflada de uma aceitação e de uma convivência harmoniosa, que foi defendida durante séculos por estudiosos e teóricos que, com uma visão burguesa, fizeram todos acreditarem que o Brasil vivia em uma democracia racial. Pura falácia se levarmos em consideração os estudos posteriores que comprovaram exatamente o inverso.

Essa situação faz com que os próprios estudantes graduandos em Serviço Social não tenham referenciais para desenvolver pesquisas e até os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) como é o nosso caso, pois a ideia de tratar deste tema já havia sido trazido das experiências nas nossas relações sociais e no próprio Movimento Negro, além da dificuldade de encontrar produções acadêmicas sobre a temática racial. Encontramos muita resistência dos demais graduandos em relação a este tema, inclusive para montar o grupo para realização do nosso TCC, que se limitou a apenas duas pessoas que direto ou indiretamente tem a questão racial no seu cotidiano.

Para se ter uma ideia, segundo levantamento da professora Roseli Fonseca da Rocha junto à biblioteca central da Universidade Federal Fluminense (UFF) quando da ocasião da realização do seu TCC, no ano de 1996: do ano de 1945 até 1984 apenas um trabalho[7] que tratava deste tema foi identificado, ou seja, um espaço de quase quarenta anos sem que este tema tivesse sido objeto de interesse dos graduandos.

Ainda de acordo com o levantamento da professora, se considerarmos a pesquisa do professor José B. Filho[8], no ano de 2006, após 54 anos do primeiro trabalho

---

[7] *A Ideologia Racial na prisão, de Cecília Luiz de Oliveira.*

[8] *O autor localizou, além do trabalho de Cecília Luiz de Oliveira, os seguintes TCC's: Rasgando o silêncio: debate sobre política de cotas como estratégia de inserção do negro na universidade, de Roseli da Fonseca Rocha (1996); A múltipla exclusão e discriminação social da mulher negra idosa, de Neusa T. S. Lima (1998); Memórias de exclusão: uma experiência com negras idosas do Grupo Vida, de Adriana A. F. Luiz (2002); A identidade*

produzido, apenas seis trabalhos apresentavam o interesse pela questão racial entre 1237 examinados ou 0,48%. É claro que estes dados não representam a realidade brasileira, até pela pequena amostragem, mas nos revela o quanto, em determinado momento histórico, cultural e local, a questão racial é ignorada e pouco incentivada à pesquisas, apesar de tratarmos de ambientes, como os acadêmicos, que deveriam contemplar todas as representações da sociedade.

É preciso deixar claro que os diversos programas de incentivo cultural e educacional têm transformado significativamente este quadro de ausência de produções acadêmicas com esta temática. A partir da inserção de um maior número de negros e afrodescendentes nas universidades, o olhar para estas questões tem sido muito valorizado e o número de produções cresceu consideravelmente. É preciso ficar atentos para estes dados, pois o impacto da escassez de reflexões acerca da temática racial no processo de formação certamente terá reflexos negativos no exercício da prática profissional.

O Brasil vive o mito da democracia racial, pois o preconceito perpassa as relações sociais que foram estabelecidas desde o início do período pós abolição. Se durante a escravização do negro ele sempre teve seu lugar definido, ou seja, a sua condição de escravo de certo modo o identificava como uma pessoa de classe diferente dos seus "donos", após este período, disseram pra ele que ele podia estar em qualquer lugar, que eles eram livres, que eram iguais a qualquer outra pessoa, mas na realidade as pessoas o ignoraram e o que é pior, o excluíram de todas as formas e com requintes de crueldade.

Infelizmente, este pensamento deturpado de que vivemos numa democracia racial ainda permeia o inconsciente da maioria dos profissionais de Serviço Social, incluindo nestes profissionais os próprios docentes e dirigentes das universidades que oferecem o curso de graduação em Serviço Social. De acordo com estudos da professora Roseli da Fonseca Rocha:

> *A articulação das categorias raça/etnia, classe e gênero para a compreensão das relações sociais e dos seus determinantes constituem fator fundamental para a intervenção profissional, haja vista as demandas sociais de origens diversas que se colocam como desafio no cotidiano do trabalho do assistente social* (ROCHA, 2009).

A reflexão da professora nos propõe um desafio, o de desvelar o que existe de fato nas condições de vida apresentadas pela população negra no Brasil, especificamente no que diz respeito à mulher negra que é a mais afetada, pois é discriminada triplamente: por ser mulher, por ser pobre e por ser negra. Estas características não devem ser desprezadas nos nossos atendimentos, sejam eles individuais ou coletivos.

Como profissionais que, entre outras atribuições no serviço público, trabalhamos diretamente com as formas de acesso e execução destas políticas, cabe atentar para a contribuição da pesquisadora Leda Machado, que na pesquisa "Deve gênero ser incluído nas políticas públicas nas áreas urbanas?" partiu da hipótese de que:

> *A incorporação de gênero proporciona condições para que a realidade dos diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres e consequentemente diferentes necessidades vivenciadas por eles, podem ser melhor apreendidas. Desta maneira, as políticas*

---

negra e cultura: analisando o trabalho de uma ONG, de Ilana F. S. Lobo (2002); Sexualidade da mulher negra e o mundo do trabalho, de Viviane C. C. Santos (2002).

> *públicas teriam mais condições de atender às necessidades, já que elas seriam melhor atendidas* (MACHADO, 1996, p. 5).

E temos diversos instrumentais que devem servir para fundamentar a nossa ação neste sentido. Além das diversas pesquisas realizadas por muitos institutos de pesquisa que comprovam esta condição de desigualdade, temos os dispositivos legais que são: no campo da profissão há o nosso Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) que defende a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero, com base na defesa dos direitos humanos; o nosso Código de Ética Profissional, de 1993 que, entre outras coisas, afirma que o posicionamento do assistente social deve ser em favor da equidade e da justiça social e empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças e há ainda a Lei nº. 8662/93, que regulamente a profissão de assistente social; já no campo das políticas públicas temos o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a própria Constituição Federal (CF), nos seus artigos 203 e 204, entre outros dispositivos legais.

Os dados a seguir retratam com clareza a importância do profissional do Serviço Social considerar as categorias raça/cor/etnia nas suas intervenções para garantia de um atendimento que leve em conta a universalidade e a totalidade e possa promover a equidade e a justiça social considerando os diversos aspectos socioeconômicos e político culturais que envolvem as demandas apresentadas pelos nossos usuários no cotidiano do nosso fazer profissional:

> *A grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais é chefiado por negros. Os 69% dos domicílios que recebem Bolsa Família, 60% dos que recebem Benefício de Prestação Continuada – BPC e 68% dos que participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI são chefiados por negros* (ROCHA, 2009).

As reflexões sobre a questão racial no Serviço Social é muito incipiente, mas não é por isso que devemos esmorecer, muito pelo contrário, devemos estar sempre alertas, em vigilância ostensiva para que estas questões não se percam e nem caiam no esquecimento ou na omissão completa. É preciso refletir sobre em que medida a lacuna existente sobre as questões etnicorraciais nos currículos acadêmicos de Serviço Social pode afetar e/ou interferir no compromisso profissional no combate ao preconceito e às práticas de dominação. Em que medida a ignorância sobre as diversas manifestações e configurações da ideologia racial e do mito da democracia racial brasileira mantém as práticas que não consideram o princípio da equidade social e promovam, contraditoriamente ao que preconiza o nosso Código de Ética Profissional, a injustiça social.

É extremamente relevante identificarmos e analisarmos as dificuldades encontradas pelos profissionais da assistência social no seu fazer profissional quando se depara com situações de violações de direitos que decorrem do preconceito e da discriminação racial e qual tem sido a sua ação para o enfrentamento destas questões. Mas é da mesma forma relevante analisarmos as ações que estão sendo propostas pelos órgãos de formação e de regulamentação da profissão acerca do reconhecimento do fenômeno do racismo como fator constituinte de geração de discriminação, opressão e exploração e quais as ferramentas teórico-metodológicas e ético-políticas tem sido oferecidas pelo Serviço Social no processo de formação dos seus profissionais.

2.1 – Conceito

Mobilidade Social[9] é um campo de estudo da Sociologia bastante usado para a compreensão das formas pelas quais os diferentes grupos humanos diferenciam os integrantes de uma mesma cultura. De forma mais especifica, a mobilidade tem a importante função de pensar as vias e possibilidades de troca, ascensão ou rebaixamento que um indivíduo possui no meio em que estabelece suas relações.

Na ausência de mobilidade, alguns estudiosos costumam classificar uma sociedade como estratificada. Um dos mais reconhecidos exemplos utilizados para esse tipo de situação é observado no interior da Sociedade Feudal, onde Clérigos, Nobres e Servos mantinham-se em uma mesma posição ao longo da existência. Sujeito a transformação de seus costumes e a outras mudanças de caráter históricos, um grupo social passa a elaborar outros meios de organização que desestabilizam e ressignificam a hierarquia social outrora atribuída pelos sujeitos.

Na era moderna, a disseminação dos valores liberais transformaram o conceito de mobilidade social em uma meta política para as nações guiadas por princípios democráticos. Os números de desenvolvimento social econômico enxergam na mobilidade ascendente um claro indício de acúmulo e distribuição menos desigual da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade entre a população.

Contudo, não se pode restringir à concepção de mobilidade somente a variação das condições materiais que um adquire ao longo de sua vida.

Em algumas culturas, pode-se notar que a posição social de um indivíduo está atrelada à sua descendência familiar ou algum tipo de papel político e/ou religioso desempenhado. Em determinadas culturas, por exemplo, o poder decisório de um sacerdote não é o mesmo de um comerciante.

A mobilidade social é a possibilidade que um indivíduo tem de migrar de uma classe a outra, ou de uma camada a outra, só funciona se o sistema de estratificação for aberto como é o caso das classes sociais. Este sistema pode ocorrer de forma horizontal, ou seja, quando um indivíduo muda de uma camada social para outra permanecendo na mesma classe social. A mobilidade social horizontal poderá ser ascendente quando um indivíduo passa de uma classe social inferior (ex.: boia fria) para uma superior (ex.: operário) e descendente quando um indivíduo passa de uma camada superior (ex.: bancário) para uma inferior.

A mobilidade social é considerada como vertical quando um indivíduo muda de uma classe social para outra. Nesse caso também ela poderá ser ascendente, quando o individuo passa de uma classe social inferior (ex.: empregado) para uma classe superior (ex.: empregador). E descendente quando ocorre o oposto, ou seja, o indivíduo deixa de pertencer a uma classe social superior e passa a integrar uma classe social inferior (ex.: se era empregador passa agora a ser empregado).

---

[9] *Na perspectiva da teoria marxiana, a sociedade se divide em duas classes sociais: burgueses e operários ou, nos dias de hoje podemos dizer empresários e trabalhadores. A noção de mobilidade social, em amplo sentido, indica quem é rico e quem é pobre.*

Isaac Joseph (1984) aponta a existência de três mobilidades de base:

A primeira responde à característica própria do homem de ser um ser de locomoção, que realiza encontros e experiências de co-presença.

A segunda mobilidade se refere ao lugar específico do habitat urbano, fruto de uma relação particular entre mobilidade social e mobilidade residencial, é o que se chama mais adiante de mobilidade cotidiana.

A terceira mobilidade é aquela que George Simmel (1984), chama de mobilidade sem deslocamento, em referência à versatilidade do habitante da cidade em viver, por exemplo, o passar da moda como modo de vida, movendo-se, transformando-se, sem que haja mudanças de um lugar para outro.

2.2 – Mobilidade cotidiana como sistema

As relações existentes entre cada tipo de mobilidade permitem levantar a hipótese de que os deslocamentos dos mais diversos tipos efetivam-se em sistema, implicando-se mutuamente no cotidiano e ao longo do percurso de vida.

Na prática, cada deslocamento e forma de mobilidade (cotidiana, migrações, turismo, residencial, etc.) tem sua projeção e efetivação balizada pelas necessidades, complementaridades, imposições, acessos e impedimentos relacionados com todas as demais formas de mobilidade, quer seja na escala individual ou da sociedade.

A partir dessas trilhas dos ‘caminhos empregados’, dos objetos e ações associadas, dos lugares vividos, efetuam-se diferentes aptidões individuais para a mobilidade, uma característica do ser humano, sobretudo na contemporaneidade.

Um indivíduo, segundo sua historia de vida, estará mais ou menos apto a realizar outra forma de mobilidade. Se o individuo carrega uma bagagem de ter sido criado na estrada, por exemplo, conhecendo diversos lugares, culturas é mais fácil conseguir uma maior mobilidade social.

A mobilidade cotidiana é uma prática de inserção no mercado de trabalho, na vida social, numa esfera cultural ou religiosa. Sua realização apenas acontece e em relação a um meio social, que lhe confere sentido e estrutura. Dessa forma, mudar do transporte coletivo para o individual, por exemplo, traria não apenas transformações nas características especiais da mobilidade, mas também seria, em si, um deslocamento de posição social, uma mobilidade social, que na maior parte dos lugares seria vista como ascensão social.

2.3 – Ascensão social dos negros no Brasil

O fato de existirem mestiços entre as elites econômicas e políticas, ou desempenhando, com reconhecimento social, ocupações prestigiosas, era tido como sinal de ausência de preconceito racial. Do ponto de vista de alguns advogados da tese da democracia racial, seria a mobilidade ascendente dos mestiços. Estes mestiços teriam obtido sucesso por estar a mais tempo afastados da escravidão, por seus ancestrais terem se libertado antes da abolição.

Com o tempo e o desempenho econômico, todavia, oportunidades criar-se-iam para todos e a situação seria revertida.

A partir da década de 1930, Pierson (1945), que teve influencia direta sobre inúmeros cientistas sociais brasileiros, seja como professor ou interlocutor, em um de seus livros mais importantes, Negros in Brasil, publicado em 1942, considerava que não havia visto em Salvador, no estado da Bahia, onde conduziu sua pesquisa, o tipo de preconceito racial então vigente nos Estados Unidos. Admira a existência de preconceito contra os negros, só que não racial, mas de classe, pois no Brasil negros e brancos não estavam separados em castas, como em sua terra natal.

Todavia, Pierson ponderava que talvez a ausência de preconceito racial pudesse ocorrer em decorrência de os negros não terem, até então, entrado em competição efetiva com os brancos. E endossava as ideias de que "os negros de cores mais escuras haviam sido escravo por mais tempo e, consequentemente, ocupavam os degraus mais baixos da vida econômica e social, sofrendo com mais intensidade o preconceito da classe" (RAMOS, JR. PIERSON, 1945, p. 24).

Deste modo, ocupando posições sociais inferiores sofriam mais com o preconceito de classe que os mestiços, os quais já contavam com representantes que haviam ascendido socialmente.

A presença de pretos e pardos entre as elites dos locais é vista por Charles Wagley, que coordenou a pesquisa do Projeto Unesco, entre os anos 1950 e 1953, sobre as relações entre raça e classe no Brasil rural, como um claro signo da passagem de uma sociedade de castas, a dos períodos Colonial e Imperial, a uma sociedade de classes. Embora em alguma das comunidades pesquisadas ainda houvesse vestígios de uma casta branca aristocrata cujo acesso estava fechado ao negro.

> *[...] as pessoas de cor têm seu status condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com o branco"* (AZEVEDO, 1996, apud OSÓRIO, 2004, p. 9)

Todavia, o rápido desenvolvimento econômico do país teria o cordão de propiciar numerosas oportunidades para a melhoria do *status* socioeconômico dos brasileiros de todas as cores e os negros dos baixos escalões teriam condições de ascender às camadas entre cor e estratificação social. Porém, com o progressivo aumento da competição dos negros com os brancos, pelos canais de ascensão social, poderia surgir tensões raciais.

Os negros, todavia estão sobre-representados nos estados inferiores, nas ocupações menos valorizadas e nos ramos de atividade econômica que remuneram menos e que oferecem trabalhos manuais, exaustivos e deletérios. Entretanto, não atribui o fato à proximidade histórica da escravidão mas às barreiras étnicas travestidas de barreiras não étnicas.

Costa Pinto (1952) questiona o mito da mobilidade ascendente dos mestiços, considerando que as "honrosas exceções" frequentemente são usadas como indício da inexistência de barreiras raciais à ascensão na estrutura de classe. Possivelmente, a única mobilidade experimentada pelos negros no Rio de Janeiro em 70 anos, segundo o Censo de 1872 ao de 1940, teria sido de escravos a proletários. O autor faz questão de ressaltar que esta mobilidade confere ao negro a condição de proletário, não de cidadão. A igualdade formal de direitos é vista como uma mistificação

engendrada pela ideologia liberal do século XVIII para escamotear o problema da desigualdade de fato entre os homens reais.

Nogueira (1998) observa como muitos dos mulatos e pardos em posição de destaque na estrutura social da cidade eram descendentes de, ou eram mesmos, filhos de elite branca, o que lhes franqueou de algum modo a ascensão, a despeito da cor. A comunidade era reconhecida pela divisão entre três classes: alta, média e baixa. Os pretos e os pardos encontravam-se sobre-representados na classe baixa.

Isso era um sinal de que a cor era fator importante na determinação do *status* e das oportunidades de ascensão social. Para Oracy, os negros não se moviam na estrutura social, permaneciam na mesma posição ocupada desde o fim da escravidão.

Pelo fato do indivíduo de cor não sofrer uma exclusão incondicional das camadas mais favorecidas na sociedade brasileira, bem como o de se encontrar indivíduos brancos em todos os níveis, tem levado a suposição de que os elementos de cor, no Brasil, em seus esforços de ascensão social, estão sujeitos às barreiras de classe (e não raciais) que atingem os demais companheiros das classes menos abastadas.

Contudo, além de enfrentar o problema de classe, muito se encontram na classe inferior, com certeza enfrentam a questão de traços raciais como a cor. Dessa forma, a adoção das políticas públicas de ações afirmativas, entre elas as cotas raciais, se coloca como uma estratégia para minimizar as desigualdades existentes entre negros e não negros na nossa sociedade.

Estes mecanismos – reserva de cotas para determinados grupos sociais – já foram utilizados em diversas ocasiões ao longo do processo histórico de formação e de desenvolvimento do nosso país. No exterior, apesar de também ter quem defenda e quem as rejeitem, essas políticas se mostraram, e ainda se mostram, em muitos casos, muito eficientes para minimizar as disparidades existentes entre negros e brancos e transformar a realidade socioeconômica destes países, como relata o professor e antropólogo Kabengele Munanga:

> *Neste sentido, a política de ação afirmativa nos Estados Unidos tem seus defensores e detratores. Foi graças a ela que se deve o crescimento da classe média afro-americana [...] mais estudantes nos níveis de ensino correspondentes ao nosso ensino médio e superior [...]. Apesar das críticas contra a ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas* (MUNANGA, 2010).

Em face dessa hipótese, ganha um significado especial o fato de que exceções ou precedentes de ascensão social de indivíduo de cor, embora venham ocorrendo na comunidade em estudo sem interrupções, ao menos desde o final do século XIX, contudo, não parece aumentar em proporção, de modo a propiciar, nas próximas gerações, uma mudança no *status* coletivo da “gente de cor” dado que a estrutura social permanece em suas linhas gerais, tal qual se apresenta nos dias atuais” (NOGUEIRA, 1998, p. 167).

No Brasil, a rápida formação e expansão das classes em nossa sociedade, o negro sempre teve dificuldades de ascensão social, seja em decorrência de ter sido escravo no passado colonial, seja também pelo racismo, elemento arcaico que é preservado e remodelado, interferindo nos processos da modernização e de instalação das classes.

Historicamente, negros e mestiços, sujeitos culturalmente híbridos, que compõem a maioria dos cidadãos deste país multiétnico e multirracial, para participarem da hierarquia social, teriam que se submeter a um “branqueamento psicossocial e moral”, ou seja, negros e mestiços teria uma adesão à ideologia racial dos brancos e renunciariam à sua cultura ancestral.

Embora tal raciocínio seja falacioso, pois exceções não fazem regras, seus efeitos ideológicos foram devastadores, principalmente por estar inculcado com mais intensidade justamente nos negros que reuniam as melhores condições materiais e criando expectativas ilusórias de mobilidade social, seja a própria ou a dos filhos.

Costa Pinto (1952, p. 80), considerava a valorização das ”exceções honrosas” como prova de intelectuais para questionar o lugar que lhes era reservado na sociedade brasileira. Considerava ainda que a negação da existência de barreiras raciais, proposta pelos brancos, era uma forma de não mais admitir essas barreiras raciais; e quando tal valorização partia dos próprios negros “seria mais uma maneira de fuga atrás de símbolos, com que ele procura muitas vezes escapar do seu quotidiano de pária”.

O fato de o preconceito racial não se traduzir na separação total de brancos e negros como em outros países, não significa que ele não exista no Brasil. A ideologia racial é extremamente eficiente na produção de um verdadeiro confinamento dos negros, sobretudo aqueles que se encontram nas camadas inferiores da estrutura social.

Por intermédio de concessões excepcionais de entrada nas elites a alguns poucos negros eleitos e cooptados, a ideologia de democracia racial foi fortalecida. Os demais negros, de seus lugares prescritos, viam nas “exceções honrosas” um acesso à possibilidade de ascensão social para os dependentes. Com a industrialização e a urbanização, haveria mais oportunidades dos negros se desenvolverem economicamente, ocasionando uma distribuição na estrutura social e uma possível mobilidade social.

O desenvolvimento econômico realmente foi intenso até o final da década de 1980.

> *Assim, a estrutura ocupacional continuaria a modernizar-se durante os anos 70, como mostra a análise empreendida por Quadros (1985) a partir dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. A força de trabalho urbana manteve-se crescendo aceleradamente no período (6,4% aa contra 0,3% aa da mão de obra rural), sobretudo as ocupações industriais (7,8% aa). As ocupações típicas da classe média (nas funções de gestão, distribuição, atividades sociais, profissões universitárias, etc.) viriam a representar 36% dos postos de trabalho em 1980, seis pontos percentuais maiores que cifra levantada em 1970* (JANNUZZI, 2000, p. 19).

Mas grande parte dos negros permaneceu no mesmo patamar da escala social. Os dados a respeito indicam: o Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1950-1980, só cresceu menos que 4% ao ano e em 1956 e de 1963 a 1965, com aumento da participação da indústria de 24% para 41% do PIB (BAER, 2002, p.481). A urbanização também foi acelerada: em 1950, 36% dos brasileiros residiam em áreas urbanas; em 1980, essa porcentagem chegou a 68%. De 1950 a 1980, a população brasileira mais que dobrou, passando de 52 a 119 milhões de habitantes (IBGE, 2003).

A análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD de 1976, feita por Valle Silva (1988), começa pela constatação de um quadro já delineado

pelos estudos das décadas de 1940 e 1950: os negros estavam mais presentes nos estratos inferiores da sociedade, tanto em termos de renda, quanto de educação e também no que diz respeito às ocupações exercidas pelos trabalhadores e ao ramo de atividade econômica em que se realiza o trabalho. Além disso, os negros eram proporcionalmente mais representados nas regiões de menos desenvolvimento socioeconômico do país.

Essas mudanças intensas induziram elevada mobilidade social no Brasil. A maioria desses indivíduos deste período teria ascendido na estrutura social se comparados a seus pais, a taxa de mobilidade ascendente fora de 47%. Entretanto, a maior parte dessa mobilidade não poderia ser atribuída a uma permeabilidade excepcional da sociedade brasileira à mobilidade ascendente dos egressos das camadas socioeconômicas inferiores; ela era majoritariamente de fundo estrutural, provocada pelas intensas mudanças ocasionadas pela urbanização e pela industrialização.

O exército dos trabalhadores domésticos e dos menos qualificados da construção civil (serventes e pedreiros), quase todos descendente de escravos e dos descendentes de trabalhadores “de enxada” ou de pequenos proprietários rurais, entrava no cômputo das taxas como pessoas que haviam experimentado mobilidade ascendente em relação aos seus pais.

> *Dessa forma, concluindo, a mobilidade social no Brasil tem duas faces. Uma das faces nos mostra uma sociedade dinâmica, aberta, com largas chances de mobilidade para a maioria de seus membros e com as classes altas sendo recrutadas sobre larga base. Esse é o Brasil do desenvolvimento recente, da rápida urbanização e da industrialização acelerada. A outra face, entretanto, encoberta pela primeira a ponto de quase não se poder distingui-la, nos mostrou uma sociedade sensivelmente fechada, estruturada em classes de difícil comunicação. Tudo nos leva a crer que essa outra face, ora encoberta, se torne cada vez mais importante e aparente. As mudanças estruturais são efêmeras: complementando-se a transição demográfica os diferenciais de fecundidade e de mortalidade, tendem a desaparecer. Similarmente, os processos de urbanização e industrialização tem limites óbvios. Assim; a estrutura emergente de classes, expressão mais intima da estrutura ocupacional brasileira, tende a se tornar cada vez mais aparente, mais palpável* (VALLE SILVA, 1979, p. 65-66).

Toda mobilidade social conquistada através de urbanização e industrialização não teria sido suficiente para contemplar as aspirações por bem estar e qualidade de vida nutrida pelos brasileiros, pois foi essencialmente uma mobilidade de curta distância que não contribuiu para mitigar significativamente as desigualdades. Porém, o crescimento das camadas médias da população, teria tido reflexos positivos. A sociedade brasileira desigual, entretanto, menos desigual que no passado.

Analisando a mobilidade social ascendente em uma sociedade caracterizada por estratos superiores de tamanho reduzido com estratos inferiores proporcionalmente enormes, a maior quantidade relativa dos negros nos escalões inferiores de saída já lhe reduzia as chances coletivas de aproveitarem os canais de ascensão.

2.4 – Barreiras, dificuldades e obstáculos

Desde o inicio do século XX, a mobilidade social no Brasil foi intensa. Entretanto, o grosso da mobilidade ascendente sempre foi e continua sendo de curta distância. Ou seja, muitos sobem pouco e poucos sobem muito. Isso provoca um estiramento da estrutura social com alta desigualdade.

Os negros em nosso país sofrem duplamente: inicialmente, com as limitações das origens sociais e ao longo do ciclo de sua vida individual, pelo acúmulo de desvantagens sucessivas: se o individuo nasce em áreas urbanas ou rurais; a região do país da qual eram naturais; a escolaridade do pai e a sua ocupação, representando a produção intrageracional das desigualdades raciais, já que seus ancestrais eram escravos.

A educação era medida em termos de anos de estudo e a ocupação por intermédio de um índice de seu *status* baseado na média dos rendimentos e da escolaridade de seus ocupados. Um ciclo que considerava três grandes fases: família (origem social), escolarização (escolaridade) e trabalho (ocupação) estavam linearmente encadeados. Assim, as desvantagens dos negros nas três fases redundaram em sensíveis diferenças de renda.

Havia, na sociedade brasileira, barreiras raciais veladas nos processos de mobilidade social inter e intrageracional que produziam confinamento dos negros nos estratos socioeconômicos inferiores, colocando em xeque o mito da democracia racial mais uma vez, a importância meramente residual do passado escravo na determinação do *status* coletivo inferior dos negros. Indícios de discriminação salarial no mercado de trabalho, somando com uma ausência no processo educacional que o peso da cor prejudicava mais os negros, selaram seus destinos aos estratos socioeconômicos inferiores da sociedade que produziu intensas desigualdades em relação aos brancos.

> *É importante observar que as diferenças raciais na distribuição de rendimentos, por um lado as diferenças na situação de origem dos indivíduos, explicam quase metade das diferenças de rendimento observadas, a meta de restante dessa diferença é explicável pela discriminação sofrida por não-brancos, ao longo do processo de realização socioeconômica. As desvantagens se acumulam a cada estagio do ciclo de vida, tornando extremamente elevado o custo monetário de não se pertencer a maioria branca da sociedade brasileira* (VALLE SILVA, 1988, p. 162).

Apesar do crescimento socioeconômico do país no tocante as relações sociais, a situação permanecia conforme citado anteriormente: sobre-representação intensa dos negros nos grupos de menor *status* socioeconômico e barreiras raciais óbvias atuando contra os negros, principalmente nos processos de mobilidade ascendente.

A discriminação estrutural no processo de realização educacional foi considerado um fator para explicar as desigualdades raciais na estrutura social caracterizado nos processos de transmissão intergeracional, demonstrando que o negro está em desvantagem comparado ao sistema educacional do branco.

O núcleo das desvantagens que negros e pardos sofrem parece estar localizado no processo de aquisição educacional. Diferenças que tendem a crescer conforme aumenta a situação socioeconômica de origem. É impossível negar a existência de

barreiras raciais que atuam contra a ascensão social dos negros no Brasil, mantendo-os nas camadas inferiores da sociedade na sucessão das gerações.

A posição dos negros nas estruturas inferiores da sociedade depende da mobilidade ascendente, a origem social e a educação, sendo que tais aspectos mostram-se como grandes determinantes. A falta de acesso à aquisição educacional gerou a maior parte das desigualdades sociais, o racismo, somando à segmentação do mercado de trabalho, pois os negros, desde o fim do processo escravocrata, foram inseridos principalmente em ocupações de trabalhos manuais, serviços pesados e braçais, que impedem a presença de indivíduos negros nas camadas privilegiadas da sociedade.

Diversos são os fatores relacionados ao grupo racial do qual fazem parte os negros a permanecerem concentrados nas posições sociais subalternas, confirmando-os nos escalões inferiores da pirâmide social, impossibilitando a relação direta com os processos de mobilidade social no Brasil.

2.5 – Políticas Públicas de Ações Afirmativas

> *A cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos. Se o Brasil, na sua genialidade racista, encontrar alternativas que não passam pelas cotas para não cometer injustiça contra brancos pobres – o que é uma crítica sensata – ótimo.*
> Kabengele Munanga

As políticas públicas de ações afirmativas para os negros começaram a ser implantadas no Brasil, a partir do momento em que o país se torna signatário da Declaração e do Programa de Ação de Durban, documento produzido como resultado das discussões e reflexões sobre o racismo, a discriminação racial, xenofobia e a intolerância realizada na cidade de Durban, na África do Sul, durante a III Conferência Mundial, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 e teve como *slogan* “Unidos para combater o racismo: igualdade, justiça e dignidade”. Com a assinatura deste documento, o Brasil assume que existe discriminação no país e se compromete a executar ações que diminuam gradativamente, através de políticas de ações afirmativas, as desigualdades entre negros e brancos.

De acordo com o atual vice-diretor do Centro de Estudos Africanos e do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP), professor Kabengele Munanga:

> *As chamadas políticas de ações afirmativas são muito recentes na história da ideologia anti-racista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação* (MUNANGA, 2010).

A mulher negra teve um papel preponderante neste evento. A mobilização das mulheres para esta Conferência foi um fato marcante para o movimento negro. A sua participação ostensiva resultou em alguns avanços para a atenção às questões específicas relacionadas à raça e ao gênero.

> *[…] foram apresentados 17 desafios a serem enfrentados por várias instituições que vão na linha do fortalecimento dos compromissos estabelecidos pela Conferência de Durban, constando a ênfase na necessidade de incorporação da perspectiva de gênero no combate ao racismo e à discriminação, especialmente no que se refere à situação das mulheres* (RIBEIRO 2008, p. 997).

Muito antes desta Conferência, a discussão já era frequente pelo movimento social negro que tinha e tem, pelo menos na sua maioria, como uma das suas bandeiras de luta as cotas raciais. Um tema muito polêmico que causa muita discussão e muitos embates políticos. Esta reivindicação se justifica pelo perverso processo histórico, ao qual os negros foram submetidos. Um processo marcado pela violência arbitrária dos "senhores" e pela própria institucionalização da escravidão existente no país.

Portanto, antes de quaisquer considerações referentes às políticas de ações afirmativas e as cotas raciais, torna-se indispensável o resgate deste processo histórico, no tempo e no espaço, sob pena de construirmos argumentos deslocados da realidade vivida pelos negros durante o período em que perdurou a escravidão no Brasil, desconsiderando os efeitos nefastos dessa situação e contribuirmos para discursos e argumentos permeados por valores antidemocráticos, racistas e preconceituosos e, consequentemente, colaborando para a manutenção dessa camada da população brasileira na base da pirâmide social.

O professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e antropólogo Kabengele Munanga chama a nossa atenção para o fato da necessidade das políticas de ações afirmativas para os negros em detrimento das políticas universalistas que, segundo ele, não trariam mudanças substanciais para a população negra e ainda aponta para a dupla discriminação sofrida pelos negros, por ser pobre e por ser negro:

> *Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica, as políticas ditas universais defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda […] não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra* (MUNANGA, 2010).

Este processo deixou traumas psicológicos e sociais à comunidade negra que agora, através dos seus descendentes, procuram resgatar os direitos que lhes foram negados durante todo o período da escravidão e pós- abolição. Abolição esta que não veio acompanhada de políticas que dessem conta de proteger estes negros e negras, que acabara de ser libertos e jogados a sua própria sorte. Um caminho que tentam encontrar e trilhar dignamente até os dias de hoje.

As políticas de ações afirmativas são uma série de ações que devem ser desenvolvidas pelo Estado para que os negros possam ter e viver em condições de igualdade em relação aos demais cidadãos não negros. As cotas raciais são apenas uma destas políticas, uma destas estratégias de promoção de justiça social entre todos os brasileiros.

> *Escutei outro dia algo muito positivo quando alguém dizia que deveria haver cotas para os pobres. Ora, antes ninguém apresentou esse ponto de vista. O que mais me surpreende é que jamais o movimento*

> *negro se disse contrário a cotas para brancos pobres* (MUNANGA, 2010).

E sublinhou:

> *A questão não é a existência ou não de cotas. O fundamental é aumentar o contingente negro no ensino superior de boa qualidade, descobrindo o caminho para que isso aconteça* (MUNANGA, 2010).

Os negros não querem privilégios, querem apenas que as oportunidades e a divisão dos bens socialmente produzidos sejam distribuídas em partes iguais entre negros e brancos. Para isso, são necessários a adoção de medidas baseadas no princípio da equidade, de tratar diferentes os desiguais para poder igualá-los. É uma política provisória, até que se estabeleçam índices de vida e condições sociais equilibradas entre negros e não negros, entre homens e mulheres.

3.1 – A pesquisa qualitativa como instrumento de valorização da realidade vivida e sentida

Esta pesquisa, de natureza descritiva, pretende analisar o impacto do acesso à educação e sua importância para o trabalho qualificado na vida das mulheres negras. De que forma contribui para sua melhor qualidade de vida, sua ascensão socioeconômica e na sua conscientização sobre seus direitos de cidadania. Pois entendemos que a educação é um instrumento de emancipação socioeconômica e político cultural das pessoas, inclusive da comunidade negra e mais especificamente da mulher negra. Assim, se as mulheres têm oportunidades de acesso ao sistema de educação desde o início da sua vida escolar, as probabilidades de sua emancipação e ascensão social aumentam significativamente.

Através da pesquisa qualitativa, tivemos a oportunidade de conhecer os sujeitos com os quais dialogamos e interpretamos suas respectivas histórias de superação, resiliência, perseverança sobre tantas adversidades impostas pela sociedade.

> *[...] as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas, sendo necessário que estudos que as tomem por temática, considerem seus pontos de vista de mulheres e negras* (GONÇALVES E SILVA, 1998).

Realizamos uma pesquisa qualitativa para buscarmos o conhecimento e a compreensão sobre a trajetória dos sujeitos, neste caso, mulheres negras de origem pobre que tiveram ascensão socioeconômica e político cultural. A metodologia de pesquisa qualitativa possibilita valorizar o conhecimento que os sujeitos possuem sobre a realidade vivida.

A pesquisa qualitativa é importante, pois "dá voz ao sujeito", reconhecendo-o como o protagonista da pesquisa. Procura revelar o modo de ser e de viver destas mulheres, nos permitindo conhecê-las de uma maneira mais profunda e qualificada ao podermos dialogar com as suas subjetividades e singularidades.

Este tipo de pesquisa deu-nos a oportunidade de compartilhar com os sujeitos da nossa pesquisa, com as suas trajetórias e, a partir de então interpretar suas respectivas histórias de superação, resiliência[10], perseverança, entre tantas outras adversidades impostas no seu cotidiano pela sociedade brasileira. Com os depoimentos e narrativas das trajetórias vividas por estas mulheres procuramos, através do estudo científico, conhecer a realidade social na qual estão inseridas, a partir de uma visão crítica da história da sociedade brasileira.

---

[10] *Entre as diversas definições estão a resiliência como traços de personalidade e invulnerabilidade; um conjunto de competências e habilidades individuais, como resultado de traços de personalidade e influências ambientais, a manifestação de competências diante de circunstâncias adversas e o resultado do equilíbrio entre fatores protetores e de risco tanto individuais quanto sociais. (SOUZA, 2006).*

> *A pesquisa qualitativa, [...] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito* (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Por meio de fundamentação teórica metodológica, analisamos os fatores que contribuíram e/ou interferiram na trajetória de vida destas mulheres e como decorreu o processo de ascensão a novos patamares na sociedade brasileira. Desenvolvemos pesquisa bibliográfica e nos apropriamos de conhecimento teórico sobre a questão do negro no processo sócio histórico de colonização do Brasil fazendo um recorte de gênero e assim compreender em que condições sociais a mulher negra se insere no desenvolvimento da sociedade brasileira até a atualidade, apresentadas nos capítulos anteriores deste trabalho.

Para o processo de entrevista, foi realizado um acolhimento inicial com as entrevistadas, esclarecendo sobre os objetivos da pesquisa, sendo orientadas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sobre seus objetivos e sobre a garantia do sigilo da sua identificação pessoal.

Utilizamos como instrumental de pesquisa, entrevista semiestruturada, que foi utilizada com o intuito de evidenciar aspectos da trajetória de vida dessas mulheres, suas dificuldades e suas relações sociais, bem como os fatores que contribuíram ou dificultaram no seu processo de desenvolvimento socioeconômico e político cultural. A pesquisa foi realizada em dias, horários e locais pré-estabelecidos e pré-agendadas com as entrevistadas. Por uma questão de ética e de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), na exposição dos sujeitos, os nomes utilizados durante todo o trabalho são fictícios.

Consideramos que a metodologia da pesquisa qualitativa revela o significado das vivências dessas mulheres, sujeitos envolvidos nessa problemática, expondo suas formas de pensar e avaliar, possibilitando o retorno para elas de forma crítica, posicionando-se em relação ao vivido, ou seja, revelando a experiência social do sujeito.

3.2 – Os sujeitos de suas próprias histórias

Acessamos para a pesquisa de campo oito mulheres negras, uma amostra intencional, um grupo de mulheres negras representativas de um grupo específico maior. São mulheres negras com perfis diversificados: a maioria delas pertence a famílias de mais de cinco filhos, algumas delas de origem nordestina ou de famílias oriundas do nordeste. Um dado interessante é que são todas funcionárias públicas concursadas. Elegemos os seguintes critérios para a busca dos sujeitos de pesquisa: mulheres negras, de origem pobre, que tiveram ascensão socioeconômica e/ou político-cultural e profissionais de nível universitário e pós-graduados, que atuam nas áreas da educação, saúde, legislativo, executivo, judiciário ou são lideranças políticas, profissionais liberais, entre outros.

A grande maioria das mulheres entrevistadas é basicamente de origem ou descendência nordestina. Duas delas são da Região Sudeste. Tiveram uma base familiar muito sólida, o que foi determinante para que pudessem se dedicar aos estudos enquanto a família se organizava para dar esta base de sustentação. Este

grupo de mulheres, sujeitos da nossa pesquisa, pertence a famílias numerosas, predominantemente com mais de cinco filhos.

De origem social pobre, todas estudaram em escolas públicas do primário, atual Ensino Fundamental, até o colegial, hoje Ensino Médio. O ensino superior foi cursado em universidades particulares, contudo a maioria teve que lançar mão de bolsas de estudo, algumas destas, reembolsáveis.

Algumas das entrevistadas têm duas graduações, títulos de especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorado. O perfil profissional constatado pelos dados coletados nos revela que a maioria das entrevistadas exerce mais de uma atividade profissional: quatro professoras, três assistentes sociais, três advogadas, uma psicóloga, uma médica ginecologista e uma pedagoga. Algumas são aposentadas, outras exercem a profissão para as quais estudaram, inclusive exercendo funções de gestão, assessoria, diretoria e/ou presidência de órgãos públicos.

A resiliência de uma mineira

A mulher negra, ela não pode desistir, ela tem que continuar lutando pelos seus direitos, fazendo valer a sua competência, seu potencial, mostrando o que ela tem de melhor, não só como profissional, mas como mãe, como cidadã.

Maria Aparecida[11]

Sempre valorizou muito os estudos. Estudou até o ensino médio em escolas públicas no interior de Minas Gerais, onde nasceu. Em 1971, Aos 18 anos, veio para São Paulo para morar com os irmãos mais velhos e com o objetivo de continuar seus estudos e ter uma profissão. Sempre foi uma aluna bastante dedicada, tanto aos estudos quanto aos irmãos. Quando chegou na cidade de São Paulo teve que ficar cuidando da casa para que os irmãos pudessem trabalhar.

Durante um ano, ao mesmo tempo em que cuidava da casa, estudava sozinha, se preparando para o vestibular. Fez vestibular para Filosofia. No segundo ano do curso de Filosofia, chegou à conclusão de que tinha que fazer um curso que lhe inserisse no mercado de trabalho. Naquela época, em 1973, o curso de Serviço Social estava em ascensão no Brasil. Havia muitas oportunidades nessa área.

Em 1977 se formou em Serviço Social achando que, com o diploma na mão, as coisas seriam mais fáceis. Começou a mandar currículos, fazer várias entrevistas e não conseguia se inserir no mercado de trabalho na área do Serviço Social. Para poder sobreviver, teve que trabalhar como vendedora de porta em porta, fazendo demonstração e vendendo produtos. Teve que conseguir uma bolsa reembolsável para pagar a faculdade, pois o dinheiro do salário não era suficiente.

No ano de 1978, fez o concurso do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo e passou, sendo chamada somente em 1983. De 1978 a 1983 ficou fazendo “bicos” e dando aula também. O TJ/SP foi o primeiro e único trabalho como assistente social.

Com recursos próprios foi para a Itália fazer uma pesquisa sobre crianças brasileiras adotadas por estrangeiros. Depois de um ano e meio, voltou para o Brasil e resolveu voltar para a Universidade. Começou a frequentar o Núcleo da Criança e do

[11] *Na exposição dos sujeitos, por uma questão ética e de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os nomes são fictícios.*

Adolescente (NCA), núcleo de pesquisa sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, coordenado pela profª. Drª Myrian Veras Baptista, participando de diversas pesquisas do NCA. Em 2000, ingressou no curso de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

O mestrado foi uma das grandes conquistas, uma das coisas que mais gostou de ter feito. Coroou a carreira profissional, a vida pessoal, foi todo um resgate, depois de uma trajetória muito difícil.

Atualmente é assistente social aposentada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP e professora Universitária.

Uma história diferente

Minha visão não é uma visão sofrida. Sempre tive uma qualidade de vida boa. Acho que a vida me protegeu. Nesse sentido, a vida me protegeu muito. Sempre tive boas escolas, boa alimentação. Eu tive uma trajetória que eu não tive quedas. Eu não tive isso.
Maria do Rosário

Nascida no interior de Minas Gerais, filha de pai negro, metalúrgico, que trabalhava no internato em troca do estudo. O pai teve muitas dificuldades, mas com muito trabalho, pode proporcionar uma vida melhor para os seus cinco filhos e sua família. Se tornando vereador a época. Dessa forma, não teve muitas dificuldades na sua trajetória de vida. Tinha um sonho de ser professora.

Estudou seus primeiros anos de escola numa escola pública estadual. O curso ginasial, atual ensino fundamental, foi feito numa escola de freiras. Fez curso técnico de química. Prestou vestibular para o curso de Medicina para a cidade de Vassouras e Volta Redonda, optando por Vassouras. Com dificuldades, teve que concluir seu curso através de uma bolsa de estudos – crédito educativo. No terceiro ano, conseguiu residência médica e passou a receber uma remuneração.

Formou-se em Medicina e se especializou em Ginecologia e em Saúde Pública. Atualmente trabalha na prefeitura de Santos como ginecologista e coordenadora da Saúde da Mulher. Em Cubatão, é sócia de uma clínica médica de várias especialidades.

Uma militante política

Temos que massificar em toda sociedade uma campanha contra discriminação. Campanhas, seminários, leis, Movimentos Sociais em geral, trabalhar nas Coordenadorias, nos Conselhos, trabalhar nos Recursos Humanos, Escolas, Universidades, Movimento Social Negro. De forma bem bonita, sem ser agressivo, fazendo com que as pessoas façam uma reflexão sobre preconceitos e discriminação.
Maria Francisca

Nascida na cidade de Barretos, interior de SP, filha de peão de boiadeiro, atividade característica da cidade. A mãe, que tinha uma visão que valorizava os estudos, cuidava das atividades domésticas. Pais analfabetos, de família humilde. Estudou em escola pública. Trabalhando na prefeitura de Mauá/SP, como professora, conseguiu pagar as mensalidades do curso superior.

Apesar destas dificuldades, no ano de 1972 se formou no curso de Letras, pela Faculdade Barão de Mauá. Após aprovação em concurso público, passou a trabalhar em um banco estadual e teve várias promoções. Trabalhou como professora. Sua trajetória de luta e militância partidária levou-a a participar do Conselho Municipal da Comunidade Negra de Barretos e, posteriormente, do Estado de São Paulo.

Foi 1ª suplente de vereador da cidade de Barretos, assumindo durante três meses, no final do mandato. Foi candidata a Deputada Estadual obtendo um número expressivo de votos na primeira candidatura: mais de 15 mil votos.

No ano de 2003, foi eleita presidente do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, sendo eleita na primeira eleição realizada por este Conselho. Reeleita no ano de 2007, exerce o cargo até hoje.

A objetividade de uma vencedora

Eu penso, eu desejo, eu me movimento para o alcance de algo. Precisa pensar, pensar grande e pensar grande não é: Eu vou ser a doutora, eu vou ser a mestra, mas pensar grande é: eu vou trabalhar ou não vou ser mais violentada sexualmente, vou me casar de novo ou eu vou ter o número de filhos que escolher, vou fazer um curso de inglês, etc.
Maria do Carmo

Primogênita de uma família de cinco filhos e foi a primeira dos cinco a trabalhar profissionalmente. Pai estivador, mãe analfabeta e moradores do Banco Nacional da Habitação (BNH) em Santos. Estudante de escola pública. Aos dez anos de idade, começou a militar junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEB); trabalhando na conscientização das pessoas que residiam nas periferias e com alguns conceitos como: desigualdades, diferenças de classes sociais, entre outros. Aos 15 anos de idade, fez teatro no Sindicato dos Metalúrgicos (TEMETAL) e participou do Teatro do Oprimido. Essas atividades despertaram sua percepção para a importância do trabalho para ter seu dinheiro e conseguir certa autonomia.

Seu primeiro emprego foi como faxineira de uma pré-escola, entre os seus 15 e 16 anos, depois passou a monitora e auxiliar de núcleo. Foi indicada para trabalhar no Colégio São José, escola de freiras, onde não concordava com o autoritarismo e a rigidez da escola. Batendo de frente com o catolicismo tradicional do Colégio.

Por vocação, foi fazer o curso de Serviço Social. Estagiou no Projeto Rondon, no Dique do Sambaiatuba, periferia de São Vicente, na Companhia de Habitação (COHAB) Santista, na cidade de Santos.

Já formada, fez residência multiprofissional no Hospital Guilherme Álvaro (HGA), trabalhando na Saúde Pública. Na época já estavam sendo implementadas as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS): descentralização, equidade, universalidade.

Passou no concurso público estadual, na área da saúde pública, porém trabalhou pouco tempo. Após concurso público para assistente social da Companhia Santista de Transporte Coletivo (CSTC), em Santos, iniciou um trabalho importante na área de acessibilidade para as pessoas com deficiência nos transportes coletivos.

Na Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), ingressou através de concurso público, optando por trabalhar em Curitiba, no estado do Paraná. Lá, desenvolveu um trabalho

pioneiro para melhorar as condições de trabalho dos funcionários da empresa como: doenças ocupacionais, maníacos depressivos, readaptação ocupacional, entre outros.

Retornou à Santos e trabalhou no Terceiro Setor, em uma comunidade terapêutica, onde pôde perceber injustiças, distorções no trato com adolescentes dependentes químicos.

Na cidade do Guarujá/SP, após ser aprovada em concurso público, passou a trabalhar com adolescentes dependentes químicos, acolhendo-os e criando vínculos através do diálogo e da educação de rua, além de oficinas com os jovens. Todo este trabalho resultou no primeiro diagnóstico da Baixada Santista que tratava a questão de meninos em situação de trabalho infantil de rua.

Fez dois cursos de Bacharelado, Serviço Social e Direito, e quatro especializações nas áreas afins. Atualmente é gestora de Políticas Públicas da área da Assistência Social, na Prefeitura de Guarujá, no estado de São Paulo, além de professora universitária.

Uma mulher de atitude

O negro tem que fazer a sua parte, pode fazer, temos que lutar pelos nossos direitos: sempre ser persistente, demonstrar que somos inteligentes tanto quanto aqueles que têm a cor clara, que isso não nos diminui em nada, que somos seres humanos iguais.
Maria José

De família humilde, com nove irmãos, de origem nordestina, do interior da Bahia. Sempre passou por dificuldades na sua infância. A família se mudou para São Paulo na intenção de conseguir trabalho e melhorar as condições de vida.

Trabalhou em casa de família como empregada doméstica, em supermercado e escritório de contabilidade. Como a família era muito numerosa, o serviço que aparecia tinha que aceitar. Parou de estudar para poder se dedicar ao trabalho e, consequentemente, poder ajudar na manutenção da família.

No ano de 1988 começou a trabalhar na Companhia Santista de Transporte Coletivo (CSTC) como cobradora de ônibus durante 11 meses. Por ser organizada, simpática e prestativa, foi convidada a fazer um concurso interno. Com a aprovação, passou a trabalhar no escritório como conferente.

Voltou a estudar em 1990 e terminou o Colegial, atual Ensino Médio. Na antiga CSTC, ainda exerceu cargos de confiança como: Supervisora e Coordenadora no setor de Administração. Com a reformulação da CSTC, passou a compor o quadro de funcionários da Companhia Municipal de Transporte (CMT), em Cubatão.

Incentivada pelos amigos, resolveu fazer o curso de Administração de Empresas. Como seu objetivo era ter uma ocupação que tivesse mais autonomia e flexibilidade de horários e de não querer ser subordinada a ninguém, desistiu do curso de Administração de Empresas. Novamente incentivada pelos amigos, prestou vestibular para o curso de Direito, na cidade de Mogi das Cruzes, concluindo o curso no ano de 2003. Em 2006, na cidade de Cubatão, abriu o escritório de advocacia, passando a trabalhar com seu esposo, advogado e seu sócio.

Como na Companhia Municipal de Transporte (CMT), autarquia da Prefeitura Municipal de Cubatão, não havia departamento jurídico, pediu transferência para a Secretaria de Assuntos Jurídicos da cidade para que pudesse realizar seu estágio universitário, aplicando na prática, tudo o que aprendeu na faculdade. Passando a conviver com profissionais da área como: advogados, procuradores, entre outros. Retornou à CMT, exercendo a função de Assessora Jurídica da Companhia, e acabou de concluir sua pós-graduação na área de Direito.

A inquietação de pesquisadora

O trabalho de pesquisa é um caminho árduo, poucas pessoas se dispõem a fazer trabalho de campo, mas é o trabalho de campo que mais vai te dar a realização no sentido de trabalhar questões reais, com as falas das pessoas. A documentação pesquisada é uma complementaridade, mas a vivência, a história de vida e a memória é o que dá sentido ao trabalho.
Maria de Lourdes

Nasceu na cidade de Lins, no interior de São Paulo. Teve uma infância pobre, com uma família de quatro irmãos. Era uma família muito unida. Concluiu o primário em escola pública, parou de estudar e decidiu trabalhar como empregada doméstica, contra vontade do seu pai. Seu primeiro emprego durou apenas uma semana, não aguentou e voltou a estudar.

Terminou o ginásio e fez o Curso Normal, hoje Ensino Médio, também em escola pública, pois sempre teve um sonho de ser professora. Para pagar o curso de Letras, trabalhou na própria universidade como ajudante de cozinha, na secretaria e na biblioteca, espaço onde pode se apaixonar pelos livros.

No terceiro ano da faculdade começou a dar aula, se formou e resolveu fazer Pós-Graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1970, mas por exigência da própria Pontifícia, teve que fazer algumas especializações na área, para poder começar a fazer a Pós – Graduação.

Passou em diversos Concursos Públicos. Ministrava aulas para o ensino médio e fundamental. Porém, seu sonho era ser professora Universitária. Passou a dar aula no curso de Letras da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), da cidade de Assis, conseguindo então fazer o Mestrado. Determinada em fazer o melhor, fez Pós-Doutorado em Nova Iorque, nos Estados Unidos em 1995.

Voltou para o Brasil e trabalhou, durante sete meses, como professora de Pós - Graduação na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Alagoas. Lecionou durante 10 anos na Faculdade Dom Domênico e durante um período na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), ambas na cidade do Guarujá/SP. Em 2008 terminou seu Mestrado em Educação. Fundadora do Núcleo de Estudos Indígena e Afro-Brasileiro (NEIAB) da UNAERP. Atualmente coordena o Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes da entidade Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), projeto integrante das atividades do NEIAB.

A serenidade em pessoa

A discriminação interfere, dificulta bastante no processo de ascensão da mulher negra. Deve ter um conjunto de forças também que ajude e que faça com que essa pessoa que é vítima de discriminação, do preconceito, do estigma da cor, que ela tenha condições de superar isso, por que às vezes isso deixa marcas muito fortes nas pessoas, deixam marcas indeléveis, da pessoa achar que não tem valor, que não vai conseguir, e ai aquilo vai trazendo psiquicamente, uma reação que a pessoa se fecha e a possibilidade de tentar superar aquilo é mais difícil, então eu acho que deixa marcas e dificulta bastante.

Maria de Fátima

Nascida no Rio de Janeiro, com apenas uma irmã. Pai negro, órfão, nascido na Bahia, de origem muito simples, nordestino. Conseguiu entrar na Marinha através da ajuda de amigos, sempre foi muito interessado na educação, em querer galgar postos estudando, sempre foi autodidata e estudou por conta própria. A Marinha o ajudou pelo fato de ter uma carreira.

Mãe pobre, não teve oportunidade de estudar, de pele branca, com muitas dificuldades, no norte do Rio de Janeiro, a questão de gênero já se põe neste momento. Sempre procurou que eu estudasse nos melhores colégios. O principal investimento sempre foi na educação. Como o pai trabalhava na Marinha, sempre teve que viajar muito e o pai sempre escolhia as melhores escolas para suas filhas.

Formada em Psicologia, na área da Saúde. Sempre procurou trabalhar na organização de seminários, *workshops*, assim poderia assistir aos eventos gratuitamente para adquirir e aprimorar seus conhecimentos, pois gostava muito de estudar.

Em 1985, fez um concurso para curso de aprimoramento no Hospital Guilherme Álvaro (HGA), com duração de dois anos. Paralelamente, trabalhava no consultório particular. Em seguida fez um concurso público estadual para psicóloga. Por conta disso, emendou o aprimoramento com o trabalho concursado no HGA, por cinco anos.

No ano de 1990, após aprovada no concurso público para assistência social da prefeitura de Santos, trabalhou na Casa do Trem e no Educandário Santista, entidade que acolhia crianças órfãs. Pediu transferência para a Secretaria de Saúde. Trabalhou de 1993 a 1997 no Centro de Saúde Martins Fontes. Fez várias especializações em Saúde Pública.

No ano de 1997 foi convidada para trabalhar na área da Saúde, com pesquisa e educação, no gabinete do secretário de Saúde. Em 1998 passou a fazer planejamento e em 2001 na área de gerenciamento de programas de vigilância epidemiológica, na área de tuberculose, passando a fazer a coordenação do programa em 2004. No ano de 2005, passou a chefiar o setor de vigilância epidemiológica. Em 2009, assumiu a assessoria técnica do gabinete do secretário municipal de saúde.

O orgulho de ser mulher negra

Temos que levar a consciência para essas mulheres negras, elas tem direito a um bom atendimento médico, ter informações sobre seus direitos, através da educação mudar a sua realidade, só porque ela

trabalha como doméstica ela não precisa viver uma vida inteira nessa condição, pode até ficar, que não é nenhum demérito, porém, ela tem que saber que pode mudar essa condição.
Maria Antonieta

De família humilde, foi a única, entre os irmãos, a fazer o curso superior, conciliando o trabalho e os estudos. Estudou em escola pública, com incentivos da mãe. Aos 13 anos ingressou no Círculo do Menor Patrulheiro do Guarujá e foi trabalhar como patrulheira, realizando serviços externos, de rua e serviços de banco.

Sua primeira oportunidade de ascensão foi substituindo uma colega de trabalho durante licença médica, aos 14 anos, através da indicação dos próprios vereadores. Trabalhou como telefonista na Câmara Municipal do Guarujá. Aos 18 anos passou no concurso público para telefonista da Câmara, trabalhando durante cinco anos. Foi transferida para a secretaria da Câmara e, após reforma administrativa, passou a compor o quadro de funcionários da secretaria de administração da Câmara, por um período de seis anos, em seguida se tornou a chefe desta secretaria.

Em 2005, por competência e profissionalismo, foi promovida à Diretora Administrativa da Câmara Municipal do Guarujá, cargo que ocupa até os dias de hoje. Tornou-se a única mulher negra a fazer parte do quadro de funcionários da Câmara, à época. Fez dois bacharelados, o de Serviço Social e o de Direito, passando no concurso da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

3.3 – Histórias de dor e sofrimento, mas também de muita superação e de muito orgulho

A vida é uma luta contínua e que sem luta a gente não chega a lugar nenhum. A mulher negra, ela não pode desistir, ela tem que continuar lutando pelos seus direitos, fazendo valer a sua competência, seu potencial, mostrando o que ela tem de melhor, não só como profissional, mas como mãe, como cidadã.
Maria Aparecida

A pesquisa nos revelou um universo marcado por histórias muito bonitas de resistência e instigantes e ao mesmo tempo muito tristes e revoltantes. No cotidiano apresentado por estas mulheres, através das declarações e reações evidenciadas durante o processo de pesquisa, percebemos o quanto há de dor e sofrimento nas falas das entrevistadas na tentativa de viver numa sociedade que diz que não discrimina, através da história dessas mulheres se revela o quanto a sociedade discrimina e exclui as pessoas por causa da cor da sua pele e pelo seu sexo.

Em um dos relatos apresentados, essa face da sociedade aparece de maneira explícita. Em todo momento essas mulheres são postas à prova. Sua negritude e, por conseguinte, a dos seus descendentes e antepassados, são inferiorizadas, associadas ao que não presta, ao que é ruim.

> *É uma autoestima roubada por séculos: você é ruim, você é negra, você é suja, você é fedida [...]. Um dia uma pessoa me disse: os negros são mais fedidos* (Maria do Carmo).

Os encontros com estas mulheres foram marcados por muita alegria e satisfação por alguém estar dando espaço para que elas pudessem falar sobre suas histórias de vida, suas trajetórias e suas superações. Momentos mágicos que nos fizeram refletir sobre como nós, como sociedade, tratamos as nossas mulheres e, especialmente, as mulheres negras.

Em alguns momentos, percebemos a emoção de cada uma delas ao relatar as suas experiências e situações constrangedoras, e até mesmo humilhantes, que vivenciaram durante suas trajetórias. Situações em que, ao entrar em uma loja de materiais de construção, acompanhada de amigos brancos, em nenhum momento foi abordada pelas vendedoras, enquanto que os seus amigos, assim que entraram, foram recebidos prontamente, sendo que, quem estava ali para fazer compras era ela, e não eles. Este fato é relatado pela entrevistada Maria Antonieta:

> *Não é sem querer gente, não existe essa de "sem querer". O tom com que se fala. Não fui atendida na loja, parecia invisível. Antes ficava constrangida. Quem falar que não sofre preconceito, eu vou tirar o chapéu*.

O que nos chama mais a atenção é o modo como estas mulheres lidaram com todas estas adversidades e conseguiram transformar estas situações em histórias que, ao contá-las acabam achando engraçados. Embora termos percebido que, apesar dessa postura positiva diante destas situações, elas guardam lembranças, mágoas e, em alguns casos tristeza, ao relembrar e, consequentemente, reviver estas situações. Isso era percebido nos olhares, nos silêncios, nas pausas, na respiração, ou seja, refletidas na imagem que estávamos "dialogando".

3.4 – Cidadania para a mulher negra e a questão de gênero

Quando perguntadas sobre o que contribui para que a mulher negra tenha maiores oportunidades de emprego, inserção social e direitos de cidadania, a maioria das mulheres respondeu que, em primeiro lugar está a educação, formal ou informal, a qualificação profissional, a consciência de sua condição social e os fatores que lhe colocam nesta condição, além da participação em movimentos sociais. De acordo com Maria de Fátima:

> *A gente faz isso se associando, buscando participar dos movimentos, das associações de negros, para conhecer, para se apropriar da sua própria história, para a gente não ter vergonha da sua própria história.*

E acrescenta:

> *Quanto mais a gente se apropria disso, busca informação, ler, vai atrás, a gente conversa, isso ajuda bastante, você sente o valor que tem.*

Estes depoimentos nos revelam a importância da compreensão do processo sócio histórico da origem, da valorização da cultura negra, da sua identidade. A partir daí,

consciente do seu papel na sociedade brasileira, a mulher negra pode se associar aos movimentos negros para ter seus direitos respeitados e seu acesso aos bens e serviços garantidos. Muitos dos direitos da comunidade negra, especificamente aqueles que atingem principalmente a mulher negra, foram colocados na pauta das discussões das políticas públicas do Brasil, graças a atuação dos movimentos sociais negros que se fizeram presentes nestas discussões, como relatado no depoimento da entrevistada Maria de Fátima:

> *Foi o movimento negro que trouxe muita discussão para dentro das políticas públicas que são voltadas para a questão racial [...]. A base de qualquer transformação está lá, na sociedade, na associação, nos movimentos sociais, nos movimentos organizados, nos conselhos, no controle social, nos conselhos de base inclusive.*

Outro dado que chamou a atenção e levanta preocupações foi o de que todas as entrevistadas atribuíram uma grande importância ao fato de que a superação das adversidades e dos obstáculos para a ascensão social depende muito da própria mulher negra. Embora todas também admitirem a existência de diversas barreiras estruturais e sociais, que se colocam no seu cotidiano, interferindo, prejudicando e dificultando o seu desenvolvimento socioeconômico e político cultural. Um dos principais fatores, depois da discriminação de gênero e de raça é a questão da autoestima.

Além disso, há a questão dos estereótipos, que deixam muitas marcas e traumas na comunidade negra. Há relatos de vítimas de piadas racistas associando o negro ao macaco, ao vagabundo, à faxineira, de que não podem comprar um carro novo e moderno, não tem capacidade de passar em concurso, de usar peruca, de que é mais fedido, e o que é pior, atribuir ao próprio negro a culpa pela sua condição, por ser o primeiro preconceituoso, de ter mania de perseguição, entre tantas outras situações às quais as mulheres negras são submetidas no seu dia a dia.

Há que se pensar em todos os processos de trabalho, na educação, na saúde, na assistência social, como enfrentar essa questão, ou seja, o humano em sua subjetividade e singularidade. É impossível desconsiderar, ou minimizar frente ao exposto neste trabalho, as marcas, os vincos deixados na mulher negra. Esse cuidado humano de fortalecê-las, pressupõem cuidar de sua dignidade, da valorização do seu ser, do seu papel, de sua feminilidade, de sua beleza, de suas diferenças, é romper com estigmas cristalizados no coração.

> *A gente sente que tem esse preconceito todo*. (Maria José).
>
> [...] *porque o outro quer é que você seja o diferente, e o diferente para o outro é que você é inferiorizado*. (Maria de Lourdes).
>
> *Deixa marcas indeléveis, da pessoa achar que não tem valor, que não vai conseguir, e aí aquilo vai trazendo, psiquicamente, uma reação que a pessoa se fecha e a possibilidade de tentar superar aquilo é mais difícil* […] (Maria de Fátima).

Enfrentar essas trajetórias que representam uma realidade social brasileira que precisa ser rompida nos impõe a pensarmos nos sujeitos envolvidos nesse processo e na concretização de Políticas Públicas que caminhem para a garantia da efetivação de direitos humanos e sociais da mulher negra.

Um fato muito curioso e preocupante apontado por uma das entrevistadas é a questão do assédio moral e assédio sexual contra as mulheres negras. Maria de Fátima nos revela que:

> *A mulher negra sofre muito mais assédio moral e assédio sexual do que a mulher branca. A mulher negra, como toda mulher que é objeto, ela também é, acrescido ao fato da cor da pele dela.*

Este dado nos revela a sociedade machista e autoritária em que vivemos, onde é preciso usar das relações de poder, do autoritarismo e da opressão para submeter as pessoas a determinados comportamentos e situações constrangedoras. Esta informação pode ser confirmada pelo estudo da professora Benilda Regina Paiva de Brito, publicado em 05 maio de 2006 que afirma:

> *A violência doméstica (cometida em casa pelo pai, filho, e principalmente pelo marido ou companheiro) é uma dura realidade no caso das mulheres negras. Dados preliminares do Benvinda – Centro de Apoio à Mulher da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, demonstram que, naquele município, 62% das mulheres que denunciam situação de violência são negras* (BRITO, 2006).

A entrevistada Maria de Fátima ainda complementa:

> *Tudo isso traz problemas enormes e consequências danosas, até a questão psíquica desta mulher, que está querendo ascender socialmente, chegar a algum lugar, investir na carreira, fica comprometida.*

Nesse contexto de violação de direitos há de se fazer a seguinte consideração: A instrução, a aquisição de conhecimentos, se coloca como uma das estratégias utilizadas por estas mulheres que, cada vez mais, tem ocupado mais espaços na sociedade através da sua competência e de suas capacidades que estão lhe abrindo portas para os mais diversos postos de trabalho. Isso as torna mais independentes social e economicamente, proporcionando-lhes mais autonomia para enfrentar as dificuldades impostas no seu cotidiano.

A eleição deste ano de 2010, que elegeu a primeira mulher presidente do Brasil, é uma demonstração de que alguns valores estão sendo revistos na sociedade brasileira. A presidenta eleita, no seu primeiro pronunciamento após a confirmação dos resultados, enalteceu a trabalho das mulheres e se comprometeu a trabalhar em prol das questões que afetam as mulheres brasileiras.

Aliás, as três últimas eleições para presidentes mostraram que a população brasileira, ou pelo menos a maioria, quer transformar o quadro que tem se repetido ao longo de décadas. Tem quebrado alguns paradigmas ao eleger em 2002 e 2006 um nordestino, operário, sem o ensino superior e agora mais recentemente, em 2010, uma mulher.

3.5 – Educação formal e informal: limites e possibilidades

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), "a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". Tendo como base os parâmetros da LDB e considerando a educação como o principal meio para ascensão social da população, percebemos o abismo em que se encontra a educação que será responsável pela formação das nossas crianças e dos futuros profissionais. Além da educação superior, que tem "jogado", a cada dia, muitos profissionais mal formados no mercado de trabalho.

Historicamente, a maioria dos povos não brancos tem sido submetida à opressão, à exploração e à discriminações que a empurra cada vez mais para a margem da sociedade brasileira e impede o seu desenvolvimento social, econômico e cultural, mantendo-a ao longo de muitos séculos na base da pirâmide social. Estas diferenças raciais também aparecem na educação. Os negros são menos presentes na escola e apresentam médias de anos de estudo e analfabetismo superiores às dos brancos.

Estas condições são confirmadas através de diversas pesquisas realizadas por institutos conceituados e bem avaliados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e não deixam dúvidas sobre a gravidade gritante da exclusão do negro.

> *Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros* (HENRIQUES, 2001 apud MUNANGA, 2010).

Para desconstruir este quadro são necessárias inúmeras intervenções, porém, uma é primordial: a educação. Entendemos que somente uma educação baseada no respeito à diversidade minimizaria as sequelas existentes e eliminaria este tripé – desumanizador – no futuro.

> *[…] nos índices de alfabetização de 1872 que relacionava "um escravo alfabetizado para 999 analfabetos e de 0,6 mulheres escravas para 999,4 analfabetas"* (MOYSÉS, 1994, p.200).

No que diz respeito a escolaridade, pesquisa realizada em 2006, revela que entre as mulheres negras com 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é duas vezes maior que entre as brancas, no que tange ao trabalho doméstico infantil, 75% das trabalhadoras são meninas negras.

Devido à extrema pobreza, as meninas ingressam muito cedo no mercado de trabalho, sendo exploradas pela sociedade, que sabendo da sua condição financeira, oprime e humilha. Como é possível verificar, para as mulheres afrodescendentes o mercado reserva as posições menos qualificadas, os piores salários, a informalidade e o desrespeito.

É preciso lembrar que algumas dessas mulheres, contra todas as adversidades, conseguiram chegar a universidade, alcançaram um lugar de destaque na sociedade, mas as barreiras continuam. Não é possível haver satisfação enquanto outras continuam nos guetos passando fome, sofrendo as humilhações desta sociedade desigual e opressora.

A melhoria da posição social do negro e especificamente da mulher negra, ainda que muito timidamente, é resultado de um esforço gigantesco. Homens e mulheres afrodescendentes têm lutado para levar dignidade ao povo negro, resgatar a sua identidade e auxiliar na busca da ascensão social.

A escola é o primeiro espaço de interação social que o sujeito realiza após a família. É neste mesmo espaço que se encontram presentes mitos, tabus e preconceitos. Quando falamos da educação para os negros, esta situação se torna ainda mais agravante. As crianças negras na escola sofrem situações de discriminação pela sua origem étnica e social. Portanto, é a partir do universo escolar que as crianças negras iniciam e experienciam o seu processo de exclusão na sociedade. É importante que esta questão social seja apreendida pelos profissionais da assistência social para que possam atender de forma mais qualificada e propositiva, tendo em vista que:

> *O usuário dos serviços sociais é majoritariamente negro, são as mulheres negras as chefes de família, que percebem salários mais baixos e são as crianças negras que mais precocemente ingressam no mercado de trabalho e abandonam a escola* (AMARO, 2005, p. 79).

Esta exclusão é uma das grandes responsáveis pelos índices de evasão e de repetência dos alunos negros das escolas. Além disso, outro fator preponderante para esse fenômeno é o fato de o aluno negro não se ver representado nos livros didáticos. Quando essa representação acontece, é de forma pejorativa, evidenciando apenas os aspectos relacionados à escravidão e à subserviência dos seus antepassados, reforçando ainda mais os estigmas e estereótipos atribuídos à comunidade negra.

Tudo isso resulta na sua não identificação nestes espaços de aprendizado e de construção da sua identidade, levando-o a abandonar os bancos escolares. Para tentar reverter esta situação ou, pelo menos, minimizá-la, foi criada a Lei Federal 10.639/03[12], que trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas, antiga reivindicação do Movimento Negro organizado.

A importância da efetiva aplicação, implementação e regulamentação desta lei, bem como a mobilização social dos negros para que isto aconteça é apontada pela Maria José, uma das mulheres negras entrevistadas:

> *Temos que arregaçar as mangas e botar esta lei na rua porque é através dela que você vai contar a sua própria história.*

[12] *Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.*

Apesar de ser um avanço na luta dos negros pelo respeito à sua história e sua cultura, esta lei ainda não está efetivamente aplicada. Passaram-se quase sete anos e não podemos afirmar que ela está implantada em todas as escolas.

Outros mecanismos utilizados para a eliminação da discriminação racial nas escolas são os conselhos de educação. Estes conselhos fiscalizam, orientam, formulam diretrizes para a educação. Uma das atribuições é a avaliação dos livros didáticos e de literatura infantil que serão utilizados nas escolas.

Uma das ações destes conselhos, neste caso o Conselho Nacional de Educação (CNE), cumprindo uma das suas atribuições[13], foi identificar, em setembro de 2010, algumas citações de cunho racista e pejorativo, atribuindo à personagem feminina e negra Tia Anastácia referências aos personagens animais como urubu, macaco e feras africanas. A citação que gerou esta ação esta contida na obra: "Caçadas de Pedrinho" que diz:

> *"Sim, era o único jeito — e Tia Anastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros"* (LOBATO, 1947).

As discussões em relação à forma como os negros são retratados em obras do escritor Monteiro Lobato é muito antiga e já suscitou a elaboração de diversos estudos e reflexões. A recomendação do CNE é de que se suspenda ou que se faça uma nota explicativa sobre o tema para que a lei seja cumprida, sendo apenas coerente com a própria Coordenação-Geral de Material Didático do MEC, quando consultada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal sobre o tema da denúncia, deve-se considerar se a adoção de tal livro é coerente com os critérios de avaliação que orientam a escolha das obras que são: (...) a qualidade textual, a adequação temática, a ausência de preconceitos, estereótipos ou doutrinações, a qualidade gráfica e o potencial de leitura considerando o público-alvo. Observa-se também que no mesmo livro havia uma nota explicativa sobre o contexto social em que a obra foi escrita, tendo em vista o respeito ao meio ambiente, salientando que à época os animais caçados pela personagem de Pedrinho não estavam em extinção.

Nota-se assim, o grau de importância que é dado às questões raciais no Brasil, supervalorizando os animais da floresta e desvalorizando toda uma comunidade que contribuiu de forma significativa para o processo de desenvolvimento do país. Paralelamente, o total descumprimento das leis antirracistas do Estado brasileiro, o qual assume a política pública antirracista como uma política de Estado, baseada na Constituição Federal de 1988, que prevê no seu artigo 5º, inciso XLII, que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível. É nesse contexto que se encontram as instituições escolares públicas e privadas, as quais, de acordo com a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), são orientadas legalmente, tanto no artigo 26 quanto no artigo 26A (alterado pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008).

---

[13] *As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.*

A educação foi colocada como um dos principais, senão o mais importante, determinantes para a ascensão social de um modo geral e, neste caso específico do nosso estudo, da mulher negra. Através da educação formal e informal, nossos sujeitos de pesquisa conseguiram se inserir no mercado de trabalho qualificado e transformar a sua realidade socioeconômica e ainda contribuir na manutenção da família. Além de ficarem fortalecidas, empoderadas e consciente dos seus direitos de cidadãs para poder cobrar das autoridades a efetivação destes direitos, individual e coletivamente. Esta constatação é apresentada através da citação de José Pastore e Nelson do Valle Silva (2000) em estudo da Giselle Pinto:

> *A educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que vem crescendo ao longo do tempo. Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento sócio econômico das pessoas na hierarquia social. Por sua vez, um dos principais problemas estruturais da sociedade brasileira é o baixo nível educacional da população* (PASTORE e VALLE SILVA apud PINTO, 2006).

A preocupação com o nível educacional da população brasileira é uma constante dos debates da educação nacional. Muito se fala sobre a qualidade dos estudos proporcionados pelo ensino público no país e da sua efetiva contribuição para a formação social dos brasileiros.

Esta preocupação com a educação de qualidade é apontada pela nossa entrevistada Maria do Rosário, além da preocupação com a saúde:

> *Hoje em dia, a educação está ruim, tanto para negro quanto para branco, para todo mundo. O Brasil só vai se desenvolver quando tiver uma boa educação, boa saúde. A educação aqui no Brasil, eu acho que é um problema sério e tem que melhorar para todo mundo.*

As demais mulheres negras defendem que, por se tratar da educação a base para uma boa colocação profissional e instrumento para ascensão social, essa deve ser de qualidade.

De acordo com as entrevistadas, um dos principais fatores que contribuem para a ascensão social da mulher negra na sociedade brasileira é a educação, seja ela formal ou informal. A fala da entrevistada Maria do Carmo nos revela esta condição:

> *Eu penso mesmo que a educação formal ou informal é a base dos nossos desvelos, eu tenho possibilidades, eu tenho escolha, eu tenho desejos. A educação como alavanca para uma consciência mais ampliada.*

Para a maioria das entrevistadas, a educação aparece como primordial, como fundamental para o desenvolvimento da mulher negra. Contudo, de acordo com os relatos das entrevistadas, o acesso à educação foi muito difícil. Tiveram que abrir mão de diversas coisas e trabalhar para pagar as mensalidades da sua faculdade. Em um dos casos, os pais ficaram com esta responsabilidade para que sua filha pudesse se dedicar integralmente aos estudos. Mesmo assim, a maioria delas fez isso se utilizando de diversas estratégias para ter o maior aproveitamento possível, pois sabiam que não bastava ser boa naquilo que iam fazer, tinham de ser as melhores, tinham de ser excepcionais, conforme relato da Maria de Fátima:

> *Para aprimorar aquilo que aprendia, comecei a trabalhar em congressos,* workshops*, assim, quando acabava aquela parte de credenciamento, eu podia assistir aos eventos de graça.*

Esse depoimento nos mostra uma das inúmeras estratégias que estas mulheres se utilizavam para que pudessem se superar em relação às demais, pois sabia da necessidade de ser a melhor entre todas, como indica o relado da Maria José:

> *A educação é o mais importante, que a mulher negra e o negro em geral tem que buscar, por que sem educação nem negro nem branco vai a lugar nenhum. E principalmente o negro, já que a gente sente que tem este preconceito todo, é procurar se qualificar, procurar buscar a educação, buscar o estudo e tentar ser o melhor dentre todos, a gente procurar se sobressair, é só estudando, não tem outro caminho, a gente não tem como aprender sozinho, tem que estudar mesmo, buscar conhecimento, independente da área que você escolha, mas sempre estudando, não tem limites, só estudando você vai conseguir chegar no topo.*

Percebemos assim, que a atitude necessária para enfrentar a dor e o sofrimento, o preconceito e a discriminação é o compromisso com a educação que necessita ser assumido com perseverança, com resistência, frente às adversidades.

Afirma-se aqui, o conhecimento como instrumento fundamental para o empoderamento dos sujeitos para que estes possam (re)construir suas próprias identidades e posicionar-se, exigindo a cidadania a que tem direito.

> *A educação como alavanca para uma cidadania ampliada... eu tenho possibilidades, eu tenho escolhas... eu tenho desejos... consciente de seu papel* (Maria do Carmo).

As reflexões sobre a importância da educação para a ascensão social das mulheres negras demonstram o quanto se torna necessários investimentos consideráveis na educação pública do nosso país. Como política pública de direito do cidadão e dever do Estado, estes investimentos devem se dar nos campos da estrutura, dos recursos humanos, da qualificação e da capacitação profissional dos educadores, bem como dos gestores da educação brasileira, nos três níveis de governo.

3.6 – Ações afirmativas e cotas raciais

Como na sociedade, e neste trabalho não poderia ser diferente, este tema também foi muito polêmico durante o nosso processo de pesquisa. Polêmico e com opiniões as mais diversas possíveis em relação às Políticas de Ações Afirmativas[14], especificamente as cotas, reproduzindo o que acontece na sociedade de um modo geral. Ao serem perguntadas sobre o que entendem ou o que acham sobre este tema, algumas foram totalmente e outras parcialmente contra. A entrevistada Maria de Lourdes, que é a favor disse o seguinte sobre a importância destas políticas:

---

[14] *De acordo com o ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa Gomes, Políticas de Ações Afirmativas são "um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego".*

> *Porque você começa a incomodar, porque acaba a sua invisibilidade... O país tem que fazer Políticas Públicas para este segmento que foi rejeitado, que foi esmagado, que foi retirado dele a condição de humanidade.*

A Maria de Fátima, umas das mulheres negras entrevistadas, reconhece que há uma defasagem do povo negro por conta do período histórico escravocrata do Brasil e que as políticas de ações afirmativas são um reconhecimento dos males causados por este período que manchou a história do nosso país. De acordo com a entrevistada:

> *Sou extremamente favorável à política de ações afirmativas. Eu acho que é um reconhecimento da defasagem que a gente teve e tem, o povo negro teve e tem, durante anos de uma sociedade escravocrata, não democrática.*

A entrevistada Maria Antonieta, apesar de dizer que é contra as cotas, faz a seguinte declaração:

> *Eu sou totalmente contra. Quantos negros têm na sua sala? Na minha sala de aula tinha duas no curso de Serviço Social e três no curso de Direito.*

Esta fala reflete o que se passa no imaginário das pessoas na sociedade. Ao mesmo tempo em que são contra as cotas, questionam a ausência de alunos negros nas universidades. Realmente é uma situação contraditória, se considerarmos que a população negra representa quase metade da população brasileira.

Outra entrevistada, Maria do Carmo, também reconhece que há uma dívida da sociedade brasileira com o povo negro, mas se posiciona somente a favor das cotas nas universidades. Em relação a concursos públicos se posiciona totalmente contra, acha que não há necessidade.

> *Eu penso que a cota é devida porque há uma dívida literal a ser resgatada. Dívida social sendo paga. Vá as classes universitárias e veja a dimensão disso. Quantos negros e quantos mulatos existem nas salas de aula? Por que não ascendem? Cota para todos os negros. Cotas universitárias, até ai eu vou. Em concursos para cargos de nível superior não há necessidade.*

Houve ainda quem fosse totalmente a favor e outras sem opinião formada sobre o assunto. Na verdade é uma discussão relativamente nova aqui no Brasil[15] e que, por isso mesmo, é muito controversa e polêmica, que requer, ainda, muita discussão e reflexão sobre suas verdadeiras contribuições para a promoção dos direitos e o efetivo acesso dos negros e das negras deste país, aos postos que foram historicamente reservado à classe dominante e majoritariamente branca.

O professor e antropólogo Kabengele Munanga, nesse sentido, dá uma inteligente contribuição para este debate tão carente de colocações e posicionamentos tão eloquentes como as do professor e ainda aponta caminhos que o Brasil deveria seguir para atender às necessidades na nossa comunidade negra, que durante séculos sofreu com o processo de escravidão no país e que até hoje carrega os malefícios causados por este período tão complicado da nossa história.

---

[15] *Embora este tema já tenha sido objeto da Emenda Constitucional elaborada por Florestan Fernandes na época em que era Deputado Federal, em 1993.*

> *Apesar das críticas contra a ação afirmativa, a experiência das últimas quatro décadas nos países que implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas. As experiências feitas pelos países que convivem com o racismo poderiam servir de inspiração ao Brasil, respeitando as peculiaridades culturais e históricas do racismo à moda nacional. Podemos, sem cópia, aproveitar das experiências positivas e negativas vivenciadas por outros para inventar nossas próprias soluções, já que não contamos com receitas prontas para enfrentar nossas realidades raciais* (MUNANGA, 2010).

O sociólogo e professor Florestan Fernandes em seu pronunciamento na Câmara dos Deputados no período em que foi membro, já apontava para a necessidade da adoção de medidas que corrigissem a situação vivida pela comunidade negra àquela época.

> *Como os mais desiguais em convívio direto com os brancos e populações ricas, são lançadas à marginalidade, excluídos do mercado de trabalho sem condições competitivas e bloqueados em suas tentativas de ascensão social e conquista da cidadania. Os governos da União, dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios desenvolverão planos ostensivos para conferir às populações negras meios para corrigir essa situação intolerável e, especialmente, para difundir entre si a cidadania ativa* (FERNANDES, 1994).

O depoimento de Maria José revela o que acabamos de refletir:

> *Eu acho que é bom. Eu acho que contribui muito para que a gente possa galgar degraus melhores. Como negra, de verdade, isso já me ofendeu um pouco, por que parece uma forma de discriminação. É como se dissesse ao negro que ele não tem a mesma capacidade mental e psicológica do branco, então eu preciso colocar pra você uma cota, que aí, dentro da sua cotinha de negros, você consegue se sobressair, com os brancos você não é capaz de fazer. Até hoje eu não tenho uma opinião formada, de verdade, sobre isso.*

Independentemente das posições concordantes, discordantes ou parcialmente discordantes, a grande maioria das entrevistadas concorda que há uma desigualdade muito grande entre homens e mulheres, entre negros e brancos na nossa sociedade. Embora algumas delas associarem as desigualdades às condições sociais e não raciais. Contudo, se considerarmos que a maioria dos pobres é composta por negros, há que se refletir sobre esse fenômeno.

Uma das alegações dos que são contra as políticas de ações afirmativas é em relação ao mérito, achando que as cotas serão gratuitamente distribuídas ou sorteadas. Os alunos que pleitearem o ingresso nas universidades pelas cotas passarão pelos mesmos processos que os alunos não-negros e serão avaliados da mesma forma, com exigência da nota prevista para sua classificação. A única diferença é a questão da autodefinição de sua raça/cor/etnia no ato da inscrição e sua classificação será feita separadamente daqueles que obtiverem a nota mínima de aprovação para ocupar as vagas. Sendo assim, serão respeitados os méritos e as garantia de excelência no seio de um universo específico.

3.7 – A importância da família e das relações sociais

A família e as relações sociais foram apontadas como um fator preponderante para que as mulheres negras pudessem acessar os espaços de educação. Seja no apoio econômico e social, seja nas formas de organização interna dos pais e demais familiares. Todas as entrevistadas, sujeitos de nosso estudo, relataram a importância do apoio familiar e das relações sociais como elementos fundamentais de acolhimento e de força nos períodos mais difíceis em suas vidas.

Há relatos de que, em alguns casos, os pais tiveram que abrir mão de algumas coisas para que a filha pudesse dedicar-se integralmente aos estudos. Casos em que os pais tiveram que se desdobrar para conseguir arrumar o dinheiro para pagar a faculdade da filha.

Todas destacaram a base familiar como um dos principais fatores para a sua formação acadêmica e para a formação como ser humano. É no espaço familiar onde aprendemos as primeiras lições da nossa vida. A família é um espaço privilegiado de aprendizado e de preparação para a vida externa, a comunidade, a escola, entre outros espaços sociais. A família foi considerada pela maioria delas como um alicerce, um porto seguro.

> *A relevância da família é considerada pela possibilidade que ela tem de produzir cuidados, proteção, aprendizado, afetos, contribuir na construção da identidade individual, desenvolver vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem* (GUERRA, 2006, p. 57).

E todas aliaram a educação ao apoio familiar, e algumas, de amigos, como elementos fundamentais de acolhimento e força nos seus momentos mais difíceis. Revelando a importância da família e o sentimento de pertencimento e ainda, relações a partir do processo de sociabilidade que corroboram no processo de fortalecimento.

> *Meu pai não queria que eu fosse empregada doméstica (como a mãe)... minha mãe trabalhava e eu cuidava dos meus irmãos e da casa... toda nossa história é uma história de lutas* (Maria de Lourdes).
>
> *De uma família de sete irmãos, fui a única que fiz faculdade. Tive muito apoio da família e dos amigos em várias situações na minha vida. Iniciei no trabalho aos 13 anos de idade como patrulheira* (Maria Antonieta).

As falas das entrevistadas revelaram a importância da família em sua trajetória e o sentimento de pertencimento e ainda a importância dos seus amigos na construção da sua realização profissional. Apesar de todas as dificuldades apresentadas posteriormente, foi a partir do processo de sociabilidade que as nossas Marias conseguiram se fortalecer como cidadãs. Este fato é constatado pela nossa entrevistada Maria Antonieta:

> *Tive muito apoio da família e dos amigos em várias situações na minha vida.*

Além disso, as entrevistadas relataram a importância, não só dos próprios familiares, mas também dos familiares dos amigos, configurando-se assim numa rede social de solidariedade entre esta e aquela família. Todos com o único objetivo: propiciar condições favoráveis para que seus filhos e amigos pudessem concluir seus estudos e posteriormente se inserir no mercado de trabalho nas áreas em que se formaram. Embora, algumas delas, por circunstâncias da dinâmica da própria vida, acabaram exercendo atividades que não estavam diretamente relacionadas com a sua formação. Contudo, percebe-se que, apesar de não estar exercendo funções relacionadas à sua formação, esta (a formação) contribuiu sensivelmente para que elas galgassem postos de trabalho em níveis de chefia, assessoramento, gestão, planejamento, entre outros.

3.8 – Racismo, discriminação e preconceito racial

Estes três "fenômenos" presentes na nossa sociedade estão intimamente relacionados. Um leva aos outros.

Outra constante nas falas das nossas entrevistadas foi em relação à questão da associação entre os fatores gênero e raça, de como essa combinação é nociva para que qualquer mulher negra possa galgar outras posições sociais, outros conhecimentos, outras vivências. Segundo Maria José:

> *Às vezes você tem capacidade, mas por você ser negra e mulher, infelizmente isso exclui e as pessoas deixam de te dar um cargo por conta disso.*

Já a entrevistada Maria de Fátima diz que:

> *Eu tenho certeza que, na hora de escolher entre uma ou outra, provavelmente a mulher branca vai ter uma oportunidade a mais do que a mulher negra. Existe ainda a questão do racismo institucional*[16] *que ele é, em algumas situações, velado e em outras não, e isso atrapalha.*

Estas falas nos revelam o quanto o preconceito e a discriminação racial estão disseminados entre as pessoas e o quanto isso é nefasto para estas mulheres, principalmente quando estas pessoas são profissionais de recursos humanos e ocupam cargos que realizam a seleção de pessoal para as empresas.

> *A presença da discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afro-descendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros e não-negros e mulheres não negras* (DIEESE, 2005).

[16] *Também chamado de racismo sistêmico ou estrutural, é um conceito criado por ativistas negros para assinalar a forma como o racismo penetra as instituições, resultando na adoção dos interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos dominantes através de seus modos de funcionamento e da definição de prioridades e metas de realização. (WERNECK, 2005, p. 16).*

Estes sentimentos de discriminação e de preconceito não são colocados de maneira clara, não são expostos de maneira que possamos identificá-los e combatê-los, muito pelo contrário, eles são exercidos de forma velada, camuflada e materializados através da negação do acesso do indivíduo àquela vaga no mercado de trabalho, entre outros casos em que os acessos são deliberadamente negados aos negros em geral e especificamente à mulher negra, em que o padrão branco predomina.

Os relatos apurados durante a nossa pesquisa reafirmam essa contradição e se concretizam nas falas e nas experiências vividas pelas nossas entrevistadas. Em cada fala, em cada olhar, em cada silêncio, em cada negativa, percebe-se o quanto, em alguns momentos, é difícil falar sobre essas experiências.

Em cada fala, um desejo de se calar. Em cada silêncio a vontade de gritar. Houve momentos em que algumas das entrevistadas se emocionaram ao relatar experiências de discriminação e preconceito. Em outros momentos, as entrevistadas se diziam cansadas de viver numa sociedade que, a todo tempo, lhes cobram uma postura, lhes cobram um tipo de roupa, um tipo de cabelo, um tipo de posicionamento.

Exaustas pela necessidade de provar, em todo momento, insistentemente, a sua capacidade para realização de determinadas tarefas e atividades. A constante exigência de se superar nas adversidades, as rejeições, as discriminações desencadearam, em alguns casos, problemas de saúde como depressão, *stress*, e deixaram traumas e sequelas que atingem até hoje estas mulheres. Tendo que buscar ajuda profissional para fazer terapias, além de buscar o apoio dos amigos e da família. Houve casos em que a inserção nos movimentos sociais negros e buscar formas e estratégias de poder ajudar outras pessoas que passaram pelos mesmos constrangimentos e experiências de discriminação, foi decisivo para sua recuperação.

Caminhos e estratégias para a superação das desigualdades de gênero e de raça

A sua trajetória tem que honrar também o seu antepassado e você tem que trazer isso como modelo para as gerações que virão e que vão dizer: é possível, é difícil, mas é possível. É a sua resistência e a coragem e não a desistência que vai fazer com que a gente chegue lá.

Maria de Fátima

A invisibilidade da questão racial nas estratégias de enfrentamento da pobreza se constitui em um grande paradoxo, pois, apesar das inegáveis desigualdades sociais impostas aos negros e comprovada por diversas pesquisas, a pobreza, o desemprego e a baixa renda dos negros brasileiros foi sempre reduzida a uma questão de classe social, ignorando-a e/ou mistificando-a como uma questão racial.

Ser mulher e ser negra no Brasil significa estar inserida num ciclo de marginalização e discriminação sócio racial. A melhoria da posição social do negro e especificamente da mulher negra é o resultado de um esforço gigantesco demonstrado através da sua capacidade de resiliência, de enfrentamento e de superação destas desigualdades. As mulheres negras vivenciam no seu cotidiano situações de violência que ultrapassam os limites da dignidade humana. Muitas vezes de forma visível, mas também, envolvidas numa invisibilidade perversa.

A educação é um instrumento de emancipação socioeconômica e político cultural das pessoas, inclusive da comunidade negra e mais especificamente, da mulher negra que é triplamente discriminada: por ser pobre, por ser mulher e por ser negra. Contudo, o acesso à educação, seja ela formal ou informal, é permeado por uma série de dificuldades, principalmente em se tratando de uma população que sempre esteve à margem da sociedade e que, cotidianamente, lida com questões de sobrevivência.

Todas estas circunstâncias fazem com que a mulher negra tenha que, diariamente, se sublimar, fazer um esforço enorme para se superar e se afirmar para que possa acessar bens e serviços que estão disponíveis para ela como estão para qualquer outro cidadão ou cidadã. Mas esse acesso não possibilita romper com o que está estabelecido estruturalmente e culturalmente no processo que efetiva a discriminação e a segregação. Os espaços de trabalho são representativos desta condição, pois a elas é muito mais difícil os processos seletivos e a ascensão social na carreira profissional fica comprometida.

Além disso, o trabalho se coloca como um espaço contraditório, pois ao mesmo tempo em que ele contribui para a sociabilidade, como um espaço de possibilidades, também reproduz o preconceito e a discriminação, promovendo e, ao mesmo tempo, dificultando as relações sociais e a ascensão social.

Entendemos que a questão de gênero associada à questão racial coloca a mulher negra em condições extremamente desiguais em relação aos demais cidadãos brasileiros. Diante da realidade apresentada pelos sujeitos de pesquisa, através de suas histórias de vida, de suas trajetórias e das estratégias utilizadas para a superação de todas as adversidades colocadas no seu cotidiano, torna-se urgente a

criação de medidas que possam transformar esta realidade, para que estas mulheres não precisem se valer de esforços desumanos para ter a sua cidadania respeitada.

As políticas de ações afirmativas se colocam como uma das estratégias para a superação destas desigualdades e disparidades existentes entre o homem e a mulher, entre os negros e brancos. Tratar os desiguais para poder igualá-los é o princípio da equidade e que deve ser buscado incessantemente para que, no futuro, tenhamos uma sociedade mais justa e mais igualitária. Uma sociedade em que a cor da pele não seja motivo para exclusão, para a marginalização, para a opressão dos quem têm mais pelos que nada têm. Onde possamos olhar para o nosso semelhante e dizermos: vamos juntos, homens, mulheres e homossexuais, negros, brancos e indígenas, assim seremos mais fortes e teremos uma sociedade baseada na igualdade e justiça social.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar todos os aspectos sobre as questões de gênero e de raça que interferem na vida e no desenvolvimento sócio-histórico das mulheres negras. É apenas uma iniciativa que se coloca como contribuição para a reflexão sobre o tema proposto e mais um suporte para as discussões e debates.

Nesse sentido, faz-se necessário a elaboração de outros estudos como esse, com maior aprofundamento em diversas questões que não foi possível tratar aqui, mas que são de grande relevância para o enriquecimento e qualificação dos debates sobre as questões raciais que permeiam a sociedade brasileira e para compor um acervo cada vez mais diversificado e com enfoques mais diversos possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Sarita. **A questão racial na Assistência Social: um debate emergente**, Revista Serviço Social e Sociedade, n. 81, p. 58-81, jan./mar 2005.

AVANÇADOS, Estudos. **Kabengele Munanga, a difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/index.php?view=article&catid=667%3aensaios-estudos...>. Acesso em: 6 out. 2010.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço social**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa (Portugal): CPIHTS – Centro Português De Investigação em História e Trabalho Social, 2006, (Pesquisa; 1).

BRITO, Ana Maria M. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção**, temas livres, p. 143-149, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a15v10n1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2009.

CONSORTE, Josildeth Gomes. **A questão do negro: velhos e novos desafios**, São Paulo em Perspectiva, 5(1):85-92, janeiro/março, 1991. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_12.pdf>. Acesso em: 11 Abr. 2010.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação**. Estudos e Pesquisas. Ano II, n. 14, p. 1-8, 2005.

Estudante de Filosofia. **Culturalismo**. Disponível em: <http://www.estudantedefilosofia.com.br/conceitos/culturalismo.php>. Acesso em: 08 nov. 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção**, resenhado por: Gilcerlândia Pinheiro de Almeida Nunes (UFRN), Cronos, Natal-RN, v.9, n.1, p.247-254, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/9.1/r1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. **O negro no mundo dos brancos**, apres. Lilia Moritz Schwarcz 2. ed. Revista, São Paulo, ed. Global, 2007.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**, (no limiar de uma nova era) vol. 2, São Paulo, ed. Globo, 2008.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas: situando-nos enquanto mulheres e negras**. Disponível em: <http;//www.maismulheresnopoder.com.br/estudos.php>. Acesso em: 3 nov. 2010.

GRAPEIA, Leonardo Soares. **Resiliência**. 2004. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/recursos-humanos/resiliencia>. Acesso em: 8 nov. 2010.

GUERRA, Maria Natália Ornelas Pontes Bueno. **Aids e pobreza: sofriemnto, resistência e direito à vida**. Programa de Estudos pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade católica de São Paulo, São Paulo. 2006.150p.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3 ed., set. 2008. Análise preliminar dos dados. Brasília.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Migração e mobilidade social: migrante no mercado de trabalho paulista**. Campinas, SP, Autores Associados, 2000.

LIMA, Cleidemar Pereira, PEREIRA, Manoel Eustáquio Neto e SILVA, Neemias Oliveira da, **Historiografia e democracia racial no Brasil**, Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/18767323/historiografia-e-democracia-racial-no-brasil>. Acesso em: 11 abr. 2010.

MACHADO, Leda M. V.. **Deve gênero ser incluído nas políticas públicas para áreas urbanas?** São Paulo, FGV, Relatório de Pesquisa, n. 12, 32 p., 1996 . Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3008/P00156_1.pdf?sequence=1>. Acesso em 06 nov. 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**, Núcleo de pesquisas sobre Identidade, Veras Editora, São Paulo, 1999.

MARTINS, Rodrigo. **Ações afirmativas, a inclusão desmitificada**. Disponivel em: <http://www.geledes.org.brindex.php?=article&catid=76%aem-debate&id=753...>. Acesso em: 27 set. 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil, um ponto de vista em defesa das cotas**. Disponivel em: <http://www.geledes.org.br/index.php?view=article&catid=140%3anoticias-sobre-cota>. Acesso em: 6 out. 2010.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/2004/td_1033.pdf>. Acesso em: 24 maio 2009.

PEREIRA, Edilene Machado. **Os obstáculos enfrentados pela mulher negra na busca da ascensão social**. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/E/Edilene_Machado_Pereira_57.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

PINTO, Giselle.. **Mulheres em ascensão, estudo comparativo de trajetórias educacionais de mulheres negras e brancas na pós-graduação da UFF**. Disponivel em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/gt21-2241--int.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2010.

RASSI, Sarita Taleb. **O negro e o racismo de exclusão**. Flash UCG. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/0506negro.html>. Acesso em: 8 nov. 2010.

RIBEIRO, Matilde. **As abordagens etnicorraciais no Serviço Social**, Revista serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, p. 148-141, jul./set. 2004.

_____. Matilde. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 987-1004, set./dez. 2008. Disponível em: <www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/estudos>. Acesso em: 03 nov. 2010.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A questão étnico racial no processo de formação em Serviço Social**, Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 99, p. 540-561, jul./set. 2009.

SANTOS, José Ricardo. Herdeiros de Zumbi. **A Tribuna**. 20 nov. 2006. Ponto de Vista, p. A-3.

SANTOS, José Ricardo. Transformação virá da escola. **A Tribuna**. 20 nov. 2007. Consciência Negra, p. A-6.

SANTOS, Renato Emerson dos e LOBATO, Fátima (Orgs.). (2003). Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A. Resenhado por: Antônio Bernardino Balbino. Disponível em: <http://www.edrev.info/reviews/revp22.htm>. Acesso em: 6 set. 2010.

SILVA, Maria Nilza da. **A mulher negra**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>. Acesso em: 18 nov. 2009.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. **Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia**. Rev. Cienc. Hum., Taubaté, v. 12, n. 2, p. 21-29, jun./dez. 2006.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O Movimento Negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**, Prefeitura de São Paulo, São Paulo, 2007.

WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

15º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. **Cultura escrita e a escravidão Brasileira: algumas práticas e seus significados no século XIX**. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais15/index.htm>. Acesso em: 10 nov. 2009.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º, II e parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1225, 8 nov. 2006. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/9138>. Acesso em: 4 nov. 2010.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**, Disponível em: <http://www.vrnet.com.br/pauline/docs/legislacao/textos>. Acesso em: 5 nov. 2009.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Globalização e qualidade de vida**, Transcrição de conferência realizada pelo filósofo e professor Mário Sérgio Cortella: elaboração ampliada e modificada de outra feita pelo autor (Repensando o Envelhecer: entre o Mito e a Razão) no Seminário Nacional "O Brasil e os Idosos" (SESC-SP, 1996).

CONSORTE, Josildeth Gomes. **A questão do negro: velhos e novos desafios**, São Paulo em Perspectiva, 5(1):85-92, janeiro/março, 1991. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_12.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

FERNANDES, Florestan. **Consciência negra e transformação da realidade**, Câmara dos Deputados, Pronunciamento e emenda constitucional abordando as desigualdades raciais e a consciência negra. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/attachments/1055_florestan%20fernandes.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

IANNI, Octávio. **A dialética das relações raciais**. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a16-oianni.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. **O preconceito racial no Brasil**, entrevista concedida à Revista Estudos Avançados 18 (50), 2004. Disponível em: <http://sociologianreapucarana.pbworks.com/f/octavio_ianni_o_preceito_racial_no_brasil-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. **A racialização do mundo**, Tempo Social; Revista Sociologia. USP, São Paulo, 8(1): 1-23, maio, 1996. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol08n1/a%20racializacao.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

_____. **O Brasil negro: a questão racial**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/11.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2008.

SANTOS, Davi dos. **Construindo relações de igualdade entre negros e brancos**. Disponível em: <http://www.app.com.br/portalapp/uploads/coletivos/construindo_relacoes_igualdade_negros_brancos.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

FOCO, Pedagogia Em. **Instrumentos de coleta de dados**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met06.htm>. Acesso em: 5 nov. 2009.

GUEDES, Eleide Abril Gordon Finlay, Mauro A. Costa, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Guia para eleboração de projetos de pesquisa**, 2.ª edição revista e atualizada, 1.ª edição formato digital, 2006. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/14045763/guia-projeto-pesquisa-unb>. Acesso em: 5 nov. 2009.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Evento discute situação das mulheres negras**, disponível em: <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens>. Acesso em: 5 nov. 2009. Acesso em: 21 set. 2010.

SANTOS, Davi dos. **Construindo relações de igualdade entre negros e brancos**, Disponível em: <http://www.app.com.br/portalapp/uploads/coletivos/construindo_relacoes_igualdade_negros_brancos.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2010.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no serviço social: da formação acadêmica à formação profissional**, Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewfile/1140/3914>. Acesso em: 5 nov. 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 335.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, Ipea, 2008, 176 p.

UNIÃO. Diário Oficial da União. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988., Brasília, DF, 05 out., 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 out. 1988.

UNIMONTE. **Formatador de referências bibliográficas**, Disponível em: <http://ferramenta.unimonteonline.com/comum/formatador_abnt.asp>. Acesso em: 15 Nov. 2009.

VILA NOVA, Adeildo. O Brasil que é negado. **A Tribuna**, Santos/SP, 21 mar. 2008. Tribuna Livre, p. A-13.

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

VILA NOVA, A.; SANTOS, E.A. **Mulheres Negras:** histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. 1ª edição digital: Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2013.

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais

VILA NOVA, A.; SANTOS, E.A. **Mulheres Negras**: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. 1ª edição digital: Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-66434-03-3
9 788566 434033

ESPAÇO CIENTÍFICO LIVRE
projetos editoriais